

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

GUSTAVO DE ALMEIDA DODO

**O CONCEITO DE PÓS-DEMOCRACIA E COMO PODE EXPLICAR A
CRISE DEMOCRÁTICA ATUAL**

CURITIBA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

GUSTAVO DE ALMEIDA DODO

O CONCEITO DE PÓS-DEMOCRACIA E COMO PODE EXPLICAR A
CRISE DEMOCRÁTICA ATUAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloisa Fernandes Câmara

CURITIBA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

O CONCEITO DE PÓS-DEMOCRACIA E COMO PODE EXPLICAR A CRISE DEMOCRÁTICA ATUAL

GUSTAVO DE ALMEIDA DODO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

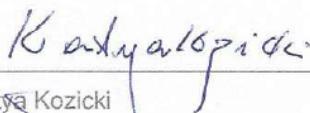


Heloísa Fernandes Câmara
Orientador

Coorientador



Vera Karam de Chueiri
1º Membro



Katya Kozicki
2º Membro

RESUMO

O trabalho busca definir a pós-democracia por meio do método conceitual (consistente em contextualizar pressupostos teóricos a partir de situações fáticas que, submetidas à racionalidade do autor, tornam-se conceitos), além de verificar se ele se aplica à crise democrática atual. Para tanto, a pós-democracia foi caracterizada teoricamente como um modelo político, teorizado por Collin Crouch, em que há a presença dos institutos formais de uma democracia, mas a participação política da população é restrita, e o processo eleitoral é um espetáculo pautado pela manipulação política e pelos interesses da elite econômica. O termo “pós” é utilizado a partir da lógica de um movimento histórico em formato de parábola, em que o período “pós-democrático” sucede o ápice de democracia, possuindo, no entanto características similares à do momento “pré-democrático”. Em seguida, foi descrito o contexto prático em que o conceito foi cunhado, em que a globalização fortalecia as grandes empresas e as transformava em firmas globais, fazendo com que convertessem seu poder econômico em poder político, influenciando os governos, descaracterizando as classes sociais e enfraquecendo os partidos políticos. Após essas conceituações, foi caracterizada a crise atual da democracia como a ascensão de políticos de tendência autoritária por meio de votos da própria população. Depois da comparação do cenário atual com aquele descrito por Crouch, foi constatado que, apesar de nos dar muitos subsídios de análise, o conceito original de pós-democracia subestima o potencial lesivo do capitalismo neoliberal sobre as democracias liberais, podendo a parábola democrática estar se mostrando um ciclo.

Palavras-chave: pós-democracia; método conceitual; parábola; globalização; firmas globais; crise; ciclo.

ABSTRACT

The paper seeks to define post-democracy through the conceptual method (which consists of contextualizing theoretical postulates based on factual situations that, put under the author's thought, become concepts), besides verifying if it applies to the current democratic crisis. In order to do so, post-democracy was characterized theoretically as a political model, theorized by Collin Crouch, in which there's the presence of the formal institutions of a democracy, but popular participation is limited, and the electoral process is a spectacle aligned to an agenda of political manipulation and the interests of the economic elite. The term "post" is used considering the logic of a historical movement shaped like a parabola, in which the post-democratic period comes after the peak of democracy, containing, however, characteristics that are similar to those of the "pre-democratic" moment. Following that, the practical context in which the concept was made was defined as one in which globalization was strengthening big companies and transforming them in global firms, which resulted in them converting that economic power in political power, influencing the governments, damaging the character of social classes and weakening the political parties. After the definition of these concepts, the current democratic crisis was characterized as the rise of politicians with dictatorial tendencies through the vote of the people themselves. Following the comparison of the current situation and the one described by Crouch, it was realized that, despite giving us a lot of analytic basis, the original concept of post-democracy underestimates the possibility of harm that neo-liberal capitalism brings to liberal democracy, which could mean that the democratic parabola may be showing itself as an actual cycle.

Key-words: post-democracy; conceptual method; parabola; globalization; global firms; crisis; cycle.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. PÓS-DEMOCRACIA COMO CONCEITO.....	8
2.1 Método conceitual.....	9
2.2 Pressupostos teóricos da pós-democracia.....	11
3. PÓS-DEMOCRACIA EM CONTEXTO.....	16
3.1 A firma global	18
3.2 As classes sociais	26
3.3 Os partidos políticos	32
4. COMO A PÓS-DEMOCRACIA EXPLICA A CRISE ATUAL	38
4.1 A crise democrática atual	39
4.2 O que há de pós-democrático na crise	42
5. CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A pós-democracia frequentemente é trazida ao debate político com a constatação de que seu diagnóstico principal é a “esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca” (BALLESTRIN, 2018, p. 153). No entanto, outras características são acopladas sob a égide desse conceito ao longo dos anos, especialmente enquanto ocorre a progressiva erosão dos princípios democráticos, a qual é atribuída à pós-democracia, e explicada a partir dela.

No entanto, essa expansão teórica do termo, originada por sua extrema relevância prática e a pretensão de que aborde o maior número de situações, pode tirar de vista o significado original com o qual ele foi criado.

Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é, primeiramente, conceituar a pós-democracia a partir dos preceitos de seu criador, de maneira a limitar o termo ao seu sentido primordial, para então verificar sua utilidade na análise do cenário de crise atual.

Destaca-se que o termo “pós-democracia” surge pela primeira vez como uma elaboração filosófica de Jacques Rancière (BALLESTRIN, 2018, p. 153). No entanto, o conceito de pós-democracia, ou seja, a previsão geral estabelecida a partir de uma observação sistemática, foi realizada pelo cientista político Collin Crouch, em 2000. Por esse motivo, utilizaremos as constatações deste para definirmos mais precisamente a pós-democracia, a partir de sua significação original.

Portanto, para que a pós-democracia seja definida a partir dos pensamentos do autor mencionado, primeiramente haverá a explicação do método conceitual, de maneira a descrever o processo de formação de um conceito e justificar a abordagem da pós-democracia a partir dos pressupostos teóricos e contextos fáticos estabelecidos por Collin Crouch.

Em seguida, iniciar-se-á o detalhamento do conceito de pós-democracia, com a explicação dos pressupostos teóricos propostos por Crouch, com destaque para a definição da pós-democracia como um modelo mínimo de democracia e para a explicação da parábola democrática.

Da mesma maneira, será explicado o contexto em que o conceito de Crouch foi criado, ou seja, quais acontecimento fáticos motivaram sua concepção, com a ênfase nas consequências práticas da ascensão das firmas globais no funcionamento das instituições democráticas, na perda da identidade das classes sociais e no enfraquecimento dos partidos políticos em um cenário pós-democrático.

Estando definido o conceito da pós-democracia, em seu aspecto teórico e prático, passaremos a constatar se este conceito, da maneira em que foi descrito, possui potencial

explicativo para a crise atual da democracia. Com esse fim, será explicada a tendência de ascensão de políticos autoritários para posições de poder com o voto popular, assim como de que maneira esse fato pode ser relacionado com o conceito de pós-democracia, e quais utilidades e incongruências este conceito, criado há mais de 20 anos, mas constantemente trazido à tona na discussão política atual, pode efetivamente oferecer a partir de sua concepção original.

2 PÓS-DEMOCRACIA COMO CONCEITO

A aplicação e análise dos conceitos advindos da Ciência Política exige extremo cuidado. Isto porque, apesar de ser dotado de metodologia e rigidez que lhe permitem o título de “Ciência”, este campo do conhecimento se define pelo seu tema (NICOLAU, 2018). Dessa maneira, a Ciência Política e seus preceitos são invariavelmente afetados pelo seu objeto, ou seja, possuem uma necessária concretude que mostra os ideais políticos de seu autor assim como aqueles que ele deseja combater, a partir do contexto social e histórico em que está inserido, impedindo que uma abstração completa seja possível em seus estudos.

Disserta nesse sentido Carl Schmitt:

(...) todas as representações, palavras e conceitos políticos possuem um sentido *polêmico*; eles têm em vista uma divergência concreta, estão vinculados a uma situação concreta, cuja última consequência constitui um agrupamento amigo-inimigo (que se expressa em guerra ou revolução) e se **convertem em abstrações vazias quando desaparece essa situação** (SCHMITT, 2008, pág. 32, grifo nosso).

Portanto, uma aplicação geral impensada de um conceito político, em um contexto diverso daquele em que foi desenvolvido, torna-o vazio por natureza, isto se não o distorcer e o transformar em outro conceito completamente diferente daquele que o autor tinha em mente quando o criou.

Essa constatação se faz ainda mais nítida quando o conceito abrange a noção de democracia, haja vista que, apesar de o tema ser exaustivamente estudado pela Ciência e Filosofia Política, trata-se de uma definição de difícil delimitação, até mesmo pelo aspecto incerto da natureza das democracias modernas, as quais paradoxalmente tentam equilibrar os ideais democráticos tradicionais de igualdade, representatividade e soberania popular com novas reivindicações liberais relativas à proteção dos direitos individuais e consideração das minorias (MOUFFE, 2000).

Essa incerteza, que diz respeito ao próprio funcionamento dos regimes democráticos modernos, obviamente se verifica também nas teorias que os estudam, as quais analisam seus fundamentos a partir de recortes e contextos distintos, não necessariamente relacionáveis. Faz-se necessário, portanto, que os conceitos relativos ao estudo político da democracia sejam vistos de maneira cuidadosa e sob a égide do devido detalhamento de seus pressupostos, assim como do respeito à intencionalidade do autor.

Isto não significa dizer que não se deva aplicar uma abordagem conceitual dos temas relativos à Ciência Política, apenas que se deve proceder com muito cuidado, com respeito mútuo aos pressupostos teóricos do conceito e o contexto prático em que eles foram criados, assim como à lógica do autor e o que pretendia com a sua criação.

É a partir dessa noção que se propôs a abordagem desse trabalho, partindo da análise do conceito abstrato da pós-democracia, passando para a observação do contexto em que este conceito foi criado e, a partir desse estudo, definir sua aplicabilidade e compatibilidade conceitual à situação de crise atual da democracia contemporânea.

2.1 Método conceitual

Como afirmado anteriormente, o método escolhido para esse trabalho é o de detalhar o conceito de pós-democracia de maneira restritiva, a partir do sentido que lhe atribuiu Collin Crouch.

No entanto, é preciso esclarecer a maneira como vamos abordar tal conceito, a partir de um método conceitual, em que tomaremos por base o processo de formação de um conceito para analisar suas partes separadamente e colocá-lo em contexto, o que inclusive, facilita a constatação de sua aplicabilidade.

Para este fim, é importante mencionar algumas célebres definições de “conceito”, que nos ajudarão a esclarecer este processo metodológico.

Immanuel Kant, em sua lógica *Jasche*, determina o “conceito” como um tipo de cognição, que se contrasta à intuição por esta ser uma cognição singular e aquela ser uma cognição universal. Em outras palavras, o “conceito” seria uma representação comum, contida em diversas outras representações singulares (FAGGION, 2018). Destaca-se nessa definição a universalidade do conceito, ou seja, sua característica de, por meio de uma forma abstrata, abranger diversas representações (elementos fáticos) que se encaixem em sua matéria (objeto do conceito).

Kant descreve, além disso, o processo de surgimento do “conceito” como uma criação do entendimento, constituído a partir do submetimento das representações singulares a três operações lógicas: a comparação, a reflexão e a abstração (FAGGION, 2018). Esse procedimento pode ser exemplificado da seguinte maneira:

(...), ao perceber diversas árvores, eu noto que elas possuem folhas de formatos diferentes, troncos de larguras diferentes, galhos de alturas diferente, e assim por diante. Em seguida, refletindo, eu registro o que há em comum entre todas as árvores que vi, como o próprio fato de todas terem folhas, troncos e galhos. Por fim, abstraio da figura das folhas, de sua quantidade, da largura dos troncos, da altura dos galhos, etc. e adiro o conceito de “árvore” (FAGGION, 2018, p. 17).

Dessa maneira, temos que a análise e a comparação de representações individuais entre si, a partir da operação lógica descrita acima, criam um “conceito” abstrato que as abrange por completo.

Além da visão kantiana, temos o conceito trazido por Reinhart Koselleck, que, ao se propor a tecer uma “história dos conceitos”, traça pontos de discussão fundamentais como a relação/diferenciação entre o “conceito” e a “palavra”, sendo esta relativa a qualquer expressão que remete a um sentido, e aquele relativo às palavras que necessitam de um maior nível de abstração para sua formulação, além de ensejarem um entendimento reflexivo.

O autor ainda destaca que o conceito não é somente “fato”, mas também “indicador”. Ou seja, não se trata apenas de uma expressão linguística em si, mas também corresponde imediatamente a algo que se situa além da língua. Dessa maneira, a partir de uma forma abstrata e teórica (signo linguístico), pode-se compreender a realidade concreta (KOSELLECK, 1992).

A menção a essas definições do “conceito”, ainda que de maneira supérflua, serve-nos como maneira de exemplificar a metodologia que será aplicada no trabalho, e de justificar a importância de uma abordagem conceitual do tema da pós-democracia. Isto porque, ao verificarmos as características essenciais do “conceito” mencionadas pelos autores, um com um viés filosófico-metodológico e outro com fins de ordenação de uma pesquisa histórica, vemos que há pressupostos em comum, especialmente no que diz respeito ao processo de sistematização de elementos fáticos tomados individualmente que, submetidos ao entendimento reflexivo do autor, geram uma abstração lógica e geral que os contém por completo e que se relaciona com a realidade fática, o “conceito”.

É importante destacar esse procedimento que dá à luz o conceito justamente por se tratar de uma fórmula à qual se pode recorrer quando há dúvida quanto à aplicabilidade prática deste. Em outras palavras, ao analisarmos a formulação de um conceito a partir do entendimento de que ele surgiu pelo submetimento de situações fáticas específicas a uma reflexão lógica, podemos, com o devido conhecimento desses elementos, avaliar se uma nova situação fática que eventualmente surja se encontra em seu escopo.

Ter essa visão bastante clara é fundamental no âmbito da Ciência Política, visto que ela é composta de uma linguagem ambígua, com termos muitas vezes de significados não unívocos e não universalmente aceitos, tendo em vista que conceitos que nascem como técnicos por vezes tem sua significação original diluída pelo uso cotidiano, submetendo-os a interpretações diversas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Logo, de maneira a não descaracterizar o conceito e a aplicá-lo de maneira coerente, é importante que se remeta ao processo lógico e ao contexto fático que o originou, a partir da fórmula metodológica de abstração anteriormente citada.

É necessário destacar, no entanto, que não existe termo político que nasça ideologicamente neutro (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Dessa maneira,

obviamente se traduz essa realidade na formulação dos conceitos, motivo pelo qual a operação lógica realizada pelos autores é necessariamente afetada pelos seus ideais políticos, o que deve ser levado em conta durante a análise de seus escritos.

O próprio conceito de democracia está incluído nessa consideração. Dependendo do contexto histórico, seus limites e pressupostos mudam drasticamente, “tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 320), apresentado novas formas e, principalmente, novas considerações sobre quais elementos sociais e políticos são aceitáveis ou não em seu escopo, com a diferenciação entre o democrático e o não democrático sendo bastante volúvel dependendo dos ideais políticos da época, o que é observável pela mudança de paradigma entre as teorias clássica, medieval e moderna da democracia (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 319), por exemplo.

O entendimento do ideal democrático do autor é fundamental para a compreensão da pós-democracia, visto que o conceito surgiu a partir de uma preocupação de Collin Crouch com a “saúde” da democracia no início do século XXI, tendo como referência um ideal máximo que possuía em relação ao regime democrático (CROUCH, 2000). Portanto, apenas com a compreensão do contexto de análise do autor, composto dos acontecimentos de seu período histórico e de sua ideia do que seria um cenário democrático ideal, assim como da maneira como os pressupostos da pós-democracia foram formulados, é possível avaliar a sua aplicabilidade (ou não) para explicação do cenário democrático atual.

Justifica-se, assim, a abordagem conceitual do tema, visto que a compreensão do processo que levou à formulação do conceito da “pós-democracia”, consistente do entendimento formal do termo e de seus pressupostos abstratos somado ao conhecimento do contexto em que ocorreu e das intenções do autor com sua criação (especialmente no que diz respeito ao seu ideal de democracia), é o que possibilita analisar sua utilidade como ferramenta para análise da crise da democracia atual.

2.2 Pressupostos teóricos da pós-democracia

Iniciaremos a análise da pós-democracia em si a partir do delineamento de seus pressupostos teóricos. Em outras palavras, tentaremos explicar o significado do conceito a partir dos fundamentos que o autor usou para sua formulação.

O conceito de pós democracia consiste em uma teorização que se manifesta como antítese de um modelo ideal de democracia. Cunhada por Collin Crouch no início do século XXI, a noção da pós-democracia vem a partir de uma preocupação do autor com a “saúde” da

democracia na época, a partir da observação de uma crise latente no sistema no Reino Unido, assim como em outros países do Norte mundial (CROUCH, 2000, p.1).

Esta percepção, como o próprio Crouch assume, poderia parecer excessivamente pessimista, visto que, em comparação com períodos pretéritos, a democracia parecia estar vivendo um ápice histórico. No entanto, segundo o autor, essa conjuntura só se prova como verdadeira caso se aceite uma concepção mínima de democracia, na qual qualquer Estado que escolha seu governo a partir de eleições livres e com o sufrágio universal seja tido como democrático (CROUCH, 2000, p.1).

A partir desse ponto, temos a influência dos ideais de Crouch em relação ao sistema político, visto que o autor não considera o critério mencionado acima como um parâmetro suficiente para classificar um regime como efetivamente democrático. Dessa maneira, define um modelo ideal máximo de democracia, que se constitui a partir de determinado funcionamento de uma sociedade que o autor considera fundamental para a manutenção de um regime democrático. Descreve:

A Democracia prospera quando existem várias oportunidades para a massa de pessoas ordinárias participar ativamente, por meio de discussões e organizações autônomas, na tomada de decisão da vida pública, e quando estas oportunidades estão efetivamente sendo usadas por elas. Esse é um modelo ambicioso por esperar um grande número de pessoas participando ativamente em discussões políticas sérias e na moldagem dos objetivos públicos, em vez de serem meros respondedores passivos de pesquisas de opinião, além de presumir que sejam informativamente engajados em acompanhar os eventos e temas relativos à política (CROUCH, 2000, p. 1, tradução livre).

Deve ficar claro que a descrição acima trata-se de um ideal máximo, e de quase impossível atingimento completo, mas que Crouch teoriza como um modelo a ser usado como comparação com o que se verifica na realidade para que se possa buscar melhorias, tendo esta democracia com participação integral de todos os cidadãos na tomada de decisão política como um objetivo a ser alcançado (CROUCH, 2000, p.1).

Como mencionado anteriormente, contraposto a esse modelo máximo ideal de democracia encontra-se a pós-democracia, que diz respeito a um modelo em que, apesar de haver eleições e elas mudarem governos, há um debate eleitoral extremamente controlado por partidos compostos de demagogos, “profissionais especialistas nas técnicas de persuasão”, os quais escolhem uma pequena porção pré-selecionada de temas para debate que lhes sejam convenientes. Os cidadãos, por sua vez, participariam do processo de maneira apática, guiados pelos estímulos daqueles que efetivamente controlam as decisões políticas. Em suma, por trás de toda a fachada do “espetáculo” do processo eleitoral, a pauta política é decidida de maneira

praticamente particular, conjugando os interesses dos governos eleitos e das elites, as quais carregam, majoritariamente, um interesse corporativo (CROUCH, 2000, p.1).

O autor destaca que, assim como o modelo de ideal máximo antes proposto, também a pós-democracia consistiria em hipérbole, dificilmente verificável na prática em sua plenitude. No entanto, muitos de seus elementos seriam identificáveis na política da época, motivo pelo qual Crouch propunha o questionamento do lugar que ocuparia o regime democrático do contexto que estudava (principalmente o Reino Unido) em uma escala de nível democrático, cujos polos seriam de um lado a pós-democracia e do outro o “modelo ideal máximo” da democracia, até mesmo para que se pudesse detectar a direção para a qual o regime democrático estaria caminhando. Nesse ponto, inclusive, o autor opinava que o sistema estaria se aproximando muito mais do cenário pós-democrático, por observações práticas que realizou e serão apontadas mais adiante (CROUCH, 2000, p.1).

A partir da constatação desse movimento em direção à pós-democracia, Crouch realiza mais uma abstração que é fundamental para a compreensão do conceito: a parábola democrática.

O autor defende que o fato de o sistema político estar se movendo em direção à pós-democracia não sinaliza necessariamente a volta a um tempo em que não existia democracia. Isto porque não acredita que a evolução histórica da democracia se dê de maneira cíclica, ou seja, com a necessária regressão a um momento anterior em que os regimes democráticos não existiam. Por conta disso, Crouch não vê utilidade na mera comparação entre o democrático e o não democrático (CROUCH, 2000, p.7), visto que a crise de democracia à qual se refere não diz respeito a uma ameaça direta à sua existência, mas a uma erosão de seus institutos e deturpação de seus fundamentos.

E é justamente para explicar conceitualmente (a partir de uma abstração das verificações fáticas) esse fenômeno complexo que surge a figura da parábola democrática, figura matemática utilizada pelo autor para realizar reflexão sobre a utilização do prefixo “pós”, a partir da ideia de um movimento histórico realizado por qualquer termo que esteja ligado a ele:

A ideia de “pós” é trazida à tona de maneira considerável no debate contemporâneo: pós-industrial, pós-moderno, pós-liberal, pós-irônico. No entanto, esta expressão pode significar algo bastante preciso. Essencial é a ideia de uma parábola histórica por meio da qual a palavra ligada ao prefixo “pós-” pode ser vista como algo se movendo. Isso se mostrará verdadeiro com qualquer assunto de que se esteja falando, então falaremos primeiramente do conceito abstrato de “pós-X”. O Período de Tempo 1 é pré-X, e possuirá certas características associadas à falta de X. O Período 2 é o ápice de X, quando muitas coisas foram afetadas por esse elemento e mudaram em comparação com seu estado no Período de Tempo 1. O Período de Tempo 3 é pós-X. Isso implica que algo novo passou a existir e reduzir a importância de X ao ir além de X de alguma maneira; desse modo, alguns aspectos do período parecerão diferentes do Período 1 e do Período 2. No entanto, a marca deixada por X ainda será sentida; ainda haverá

fortes traços de sua presença. Mais interessantemente, a queda de X significa que alguns aspectos do Período passarão a ser semelhantes com a maneira em que eram no Período 1 novamente. Logo, é esperado que períodos “pós-” sejam dotados de extrema complexidade (CROUCH, 2000, p. 7, tradução livre).

A ideia da parábola, portanto, diz respeito a uma evolução histórica simbolizada conceitualmente por uma parábola com a concavidade voltada para baixo. Isto porque, acompanhando sua forma, passa-se duas vezes pela mesma coordenada em um dos eixos, uma vez antes de se chegar ao vértice e outra depois, tendo em vista que se trata de uma forma simétrica. Aplicando essa constatação matemática à teoria proposta por Crouch, temos que, considerando a forma da parábola como símbolo da evolução histórica de determinada definição, conceito ou termo, os pontos anteriores ao vértice representariam o Período 1, chamado de Pré-X, em que há a ausência daquilo que se acoplou ao prefixo (X). Chegando no vértice, temos o Período 2, quando acontece o ápice de X. Por fim, posteriormente ao vértice temos o Período 3, nomeado de Pós-X, em que algo causou o enfraquecimento de X, ainda que sua presença seja sentida.

Ao considerarmos essa disposição geral no que diz respeito à pós-democracia, vemos que ela ocorre em um momento de evolução posterior ao pico do regime democrático, ou seja, equivale ao Período de Tempo 3 explicado anteriormente, do “pós-X”, em que há o declínio de X (no caso, da democracia) por fatores que reduzem sua importância, mesmo que sua presença ainda seja verificável. Portanto, a pós-democracia ainda sente, institucionalmente e formalmente, o impacto das garantias democráticas, mas se assemelha em muitas características ao período pré-democrático, como no nível de desigualdade de riquezas e poder (CROUCH, 2000, p. 8), originada pelos efeitos negociais da globalização e pela fragmentação dos interesses da população, com a tomada das decisões políticas sendo realizada a partir dos interesses das grandes corporações.

Crouch chega a afirmar que a pós-democracia pode ser tida como algo que, em uma ideia evolutiva, foi “além da noção de governo do povo para desafiar por completo a própria noção de governo” (CROUCH, 2000, p.7, tradução livre). Isto porque não haveria mais a concepção de deferência ao governo posto, com os políticos não mais sendo considerados como governantes, mas assemelhando-se a comerciantes, tentando descobrir as vontades de seus “clientes” de maneira a manter seu negócio (CROUCH, 2000, p.7). Em resposta a essa constatação, desenvolveram-se as técnicas de manipulação política, um dos elementos centrais que caracteriza a pós-democracia.

Esses mecanismos não podem ser considerados como manifestamente antidemocráticos, visto que advêm de uma preocupação do político com sua relação com os cidadãos e com a manutenção do seu cargo a partir de meios formalmente legítimos. No entanto, é também impossível tomar tais estratégias como integralmente democráticas já que tomam os eleitores como um grupo passivo e digno de manipulação (CROUCH, 2000, p. 8).

Portanto, vê-se que a pós-democracia se trata de um fenômeno complexo, que indica a erosão dos princípios democráticos no que diz respeito à participação necessária dos cidadãos para a realização de um ideal máximo de democracia, mas não o fim manifesto do sistema, que continua formalmente presente na figura das eleições e do voto universal, ainda que estes não sejam fruto do engajamento dos eleitores no processo político.

A partir do descrito, vemos que os pressupostos da pós-democracia apontam como um modelo teórico de funcionamento da democracia que se opõe ao ideal democrático máximo de participação completa dos cidadãos no processo eleitoral, em um sistema no qual os eleitores têm um papel passivo, sem terem muito controle ou conhecimento sobre suas ações no âmbito político e, portanto, sendo alvos de manipulação constante dos detentores do poder (políticos e elites corporativas).

Além disso, temos que a pós-democracia se encontra situada em um período da evolução histórica da democracia que sucede o seu ápice, período este que indica um enfraquecimento de seus pressupostos e de seu funcionamento, mas manutenção de seu aparato institucional, ainda que desgastado. Portanto, apesar de haver semelhanças entre o período pré-democrático e o pós-democrático, explicadas pelo movimento histórico parabólico da democracia, estas não seriam um presságio do fim do sistema.

Esta última constatação é interessante justamente porque mostra como Crouch, ainda que tenha identificado uma crise em sua época, jamais cogitara um regresso ao período pré-democrático nos Estados com democracia mais desenvolvidas, o que se reflete conceitualmente em suas formulações, com o extremo oposto de um ideal máximo de democracia sendo a pós-democracia, não a sua ausência.

Definidos os pressupostos da pós-democracia, vemos que se erige a partir da constatação de uma crise relativa à erosão da democracia por Collin Crouch. Respeitando o processo metodológico da formação de um conceito, devemos agora proceder à identificação dos aspectos fáticos observados pelo autor no espaço amostral de sua análise que o levaram a essa conclusão, bem como do contexto que o motivou a desenvolver a abstração que culminou no nascimento teórico da pós-democracia.

3 PÓS-DEMOCRACIA EM CONTEXTO

A seção anterior do trabalho foi dedicada a destrinchar os pressupostos teóricos da pós-democracia, de maneira a detalhar o que o autor buscava idealizar com a sua formulação, ou seja, o que o conceito significa e de que maneira pode ser entendido na análise do funcionamento de uma democracia.

Estas constatações, que refletem em muito as ideias de Crouch sobre o regime democrático, no entanto, não surgem unicamente a partir da reflexão puramente teórica sobre o tema, mas sim do estímulo intelectual que circunstâncias fáticas, observadas pelo autor em seu contexto de análise, geraram.

Portanto, a partir da já mencionada ideia de formação de um conceito, passaremos a descrever o contexto fático e as observações práticas que levaram o autor a teorizar a pós-democracia.

Collin Crouch escreveu suas obras acerca da pós-democracia no início do século XXI. O autor caracteriza o período como aquele que sucede o ápice do regime democrático, o qual considera ser no meio do século XX (para a maioria dos países da Europa Ocidental e da América do Norte), depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que os movimentos “finais” contra a democracia (fascismo e nazismo) haviam sido derrotados durante o confronto e a prosperidade econômica se alinhava com a mudança política, tendo em vista que pela primeira vez se aceitava, de maneira geral, a ideia de que a saúde da economia é dependente da classe trabalhadora, em um sistema de consumo e produção para as massas, sustentado pelo Estado, ideal expressado, por exemplo, por muitas políticas econômicas associadas ao Keynesianismo (CROUCH, 2000, p. 3).

Dessa maneira, em sociedades industriais e não comunistas, havia um acordo velado entre a classe burguesa (que representava os interesses capitalistas) e os trabalhadores, em que a elite comercial aceitava limitar seus poderes e acatar certas garantias pró-trabalhadores, em troca da garantia da manutenção do sistema capitalista e visando a impedir protestos contra as desigualdades (CROUCH, 2000, p. 3).

A existência desse acordo se fez importante porque, para mantê-lo, era necessário que houvesse a intervenção dos Estados Nações, de maneira a garantir a efetivação das limitações às grandes corporações e dos direitos à classe trabalhadora. Havia, portanto, uma força política manifesta do governo posto, aceito e respeitado pelas elites econômicas devido à conjuntura da época. Os Estados Democráticos, logo, tinham a capacidade de agir perante os eleitores sem obstáculos de forças não estatais, realizando muitas metas que haviam sido traçadas para o

regime democrático no período e conseqüentemente estimulando a participação política da população, que via resultados alcançados para suas demandas.

Esse cenário, no entanto, não se manteve por muito tempo. Isto porque, como pontua Collin Crouch, as elites começaram a aprender como manipular, e a população se desiludiu com a complexidade das questões que se puseram após as conquistas iniciais do regime democrático, o que tornou exponencialmente mais difícil a sua participação nos debates políticos (CROUCH, 2000, p. 3).

Por fim, durante a década de 1970, pôs-se um fim inclusive à política econômica que tinha como base a produção e o consumo da classe trabalhadora, com o Keynesianismo sendo destruído por sua incapacidade de controlar a inflação decorrente da crise do petróleo (CROUCH, 2000, p.3). Além disso, o crescimento do setor econômico de prestação de serviços reduziu a importância do papel exercido pelos trabalhadores manuais na sustentação do ciclo de consumo e produção para as massas, o que afetou o equilíbrio que permitia que as elites econômicas se fizessem subservientes aos governos eleitos. Além disso, a partir da década de 1980, a desregulação do mercado financeiro mudou a ênfase da dinâmica econômica do consumo das massas para o comércio de ações (CROUCH, 2000, p.3). Portanto, mudou-se a ênfase da economia do trabalho para o capital o que, novamente, favoreceu a imposição das elites econômicas sobre os trabalhadores e sobre o próprio governo.

Essa mudança paulatina de tendências do meio do século XX até o início do século XXI, vista nos países que haviam experimentado um cenário favorável no mínimo esperançoso após a Segunda Guerra Mundial, indicaram ao autor os elementos que o fizeram crer que, no momento em que escreveu suas obras a respeito, a democracia dos países do Norte mundial se deslocava em direção ao modelo pós-democrático. Crouch, inclusive, descreve inúmeros sintomas que julgava representativos dessa tendência:

O Estado de bem-estar social está gradualmente se tornando residual, algo destinado para os pobres mais necessitados em vez de uma leque de direitos universais de todos os cidadãos; as associações operárias existem à margem da sociedade; o papel de polícia e encarceramento do Estado volta à proeminência; a desigualdade de riquezas entre os ricos e os pobres aumenta; a cobrança de impostos se torna menos redistributiva; os políticos respondem primariamente às demandas de um pequeno grupo de líderes de negócios cujos interesses especiais tem permissão de traduzirem-se em políticas públicas; os pobres gradualmente deixam de ter qualquer interesse no processo democrático e nem se preocupam em votar, voltando voluntariamente à posição que eram forçados a ocupar no período pré-democrático (CROUCH, 2000, p. 8-9, tradução livre).

Esses indicativos são consequência da conjuntura que se formava a partir do mencionado processo histórico, moldado a partir da atuação e modificação de fundamentais agentes do processo político. Dentre eles, Crouch destaca três, cuja ascensão ou declínio

históricos são causa direta do movimento parabólico em direção à pós-democracia: a firma global, os movimentos das classes sociais e os partidos políticos.

Passaremos a detalhar o papel de cada um dos três em um regime pós-democrático, buscando explicar de que maneira o autor diagnosticou sua evolução histórica nos países considerados desenvolvidos em relação à conceituação dos preceitos da pós-democracia.

3.1 A firma global

Collin Crouch descreve as firmas globais como “as instituições chave do mundo pós-democrático” (CROUCH, 2000, p. 13). Isto porque, a partir da globalização, as grandes companhias ganham o poder de se desprender de qualquer subordinação que possuíam com o Estado em que estivessem sediadas. Ora, caso não estejam de acordo com os limites impostos pela nação onde exerce suas atividades, as grandes empresas, moldadas a partir da competição internacional imposta pela globalização e pelo neoliberalismo, estão aptas a deixar esse país e se acomodar em outro em que haja condições que lhes sejam mais favoráveis. Mais do que isso, podem se desmembrar de maneira a acoplar setores em diversos países, de maneira estratégica.

Essa fluidez e independência nacional das grandes companhias obviamente não podem ser acompanhadas pelos Estados Nacionais, visto que sua legitimidade para governar advém da soberania nacional, e muito menos para a população em geral, que é subordinada às regras do local onde nasceram (CROUCH, 2000, p. 13). As grandes corporações, portanto, dotadas desta prerrogativa que lhes é única, conseguem exigir determinadas condições favoráveis a si perante o Estado, o que gera uma cadeia de eventos que mina a capacidade de manutenção do ideal máximo de democracia, como descrito por Crouch:

A elite corporativa globalizada não faz nada tão manifesto quanto tirar nosso direito ao voto (Nós estamos na parábola da democracia, não em um ciclo). Simplesmente pontua ao governo que, se persistir em manter, digamos, amplos direitos trabalhistas, ela não investirá no país. Todos os grandes partidos nesse país, com medo de aceitar este blefe, dizem ao seu eleitorado que a antiquada regulação trabalhista deve ser reformada. O eleitorado, então, consciente ou não da proposta de desregulação, entorpecidamente vota nesses partidos, tendo em vista que há poucos outros que pode escolher. Dessa maneira, pode-se dizer que a desregulação do mercado de trabalho foi livremente escolhida pelo processo democrático (CROUCH, 2000, p. 14, tradução livre).

O autor ainda descreve outra situação semelhante, em que as firmas exigem uma cobrança reduzida de impostos para si como condição para investir em um país. Essa redução geraria uma sobrecarga tributária sobre os contribuintes individuais, que se revoltam com o alto valor dos impostos. Em resposta, os grandes partidos propõem a diminuição dos impostos como bandeira eleitoral, com os eleitores votando naquele que oferece a maior redução das taxas. Depois de alguns anos, percebe-se que a qualidade dos serviços públicos cai vertiginosamente,

mas supostamente não há do que reclamar, visto que os cidadãos votaram no partido que implementou a medida que levou a esse resultado (CROUCH, 2000, p. 14). Há, portanto, um aspecto de legitimidade democrática, típico da pós-democracia.

Crouch admite que os cenários propostos são de certa maneira exagerados, e afirma que o muitas das corporações existentes na época estavam longe de ter alcance global, e mesmo as transnacionais possuíam limites impostos por seus próprios padrões de investimento. Nesse sentido, cita o caso ocorrido em 2000, em que tanto a BMW quanto a Ford reduziram operação no Reino Unido e mantiveram suas plantas existentes na Alemanha. Isto teria como um dos motivos principais o fato de que seria mais difícil fechar uma fábrica na Alemanha comparado à mesma situação no Reino Unido. Portanto, a flexibilização das regulações para as grandes empresas na Inglaterra, cujo objetivo era atrair investimentos para o país, acabou por ser o que decretou que duas marcas mundiais o deixassem, coagidas pelos seus investimentos pretéritos e seduzidas pela facilidade em fechar as fábricas inglesas (CROUCH, 2000, p.14).

Feita essa ressalva, Crouch destaca que, no exemplo dado, apesar de a Alemanha ter vantagem no momento de manter (quase que coercitivamente) as linhas de produção já presentes em seu país, é certo que o Reino Unido seria mais atrativo a novas empresas, que ainda não tivessem se estabelecido em nenhum país específico, caso mantivesse sua política de ceder às demandas das grandes corporações. E mais, caso tivesse sucesso nessa empreitada, seria previsível que outros países adotariam essa postura em uma disputa para ver quem consegue estabelecer a maior precariedade em relação a direitos trabalhistas, cobrança de impostos e, conseqüentemente, serviços públicos (com exceção daqueles que favorecem às grandes corporações) (CROUCH, 2000, p. 14).

Esse processo, apesar de estar sendo freado à época por movimentos em favor do trabalhador e do bem estar social em alguns países da União Europeia, indicava uma possível erosão do sistema democrático (CROUCH, 2000, p. 14), visto que os países eram compostos de populações que necessitavam de empregos (e já não mais eram tidas como peças fundamentais ao processo de produção e consumo como outrora foram), as quais, portanto, precisavam se submeter às demandas das grandes corporações, seja de maneira direta no mercado de trabalho, seja por meio de seus representantes eleitos que não podiam ignorar o peso político que o investimento (ou não) dessas empresas em seu país possuíam.

A partir dessas constatações, Crouch chegava à constatação de que era claro que a globalização resultara em restrições ao ideal máximo da democracia, devido ao fato de o sistema democrático ter dificuldade de se erguer acima do nível nacional. No entanto, o autor destacou ainda mais o crescimento da figura da firma como instituição, que possuiria

implicações negativas ainda mais profundas nos regimes democráticos (CROUCH, 2000, p. 14).

Nesse contexto, Crouch destaca a figura da “firma fantasma”, isto é, de uma empresa flexível, que muitas vezes sequer possui um negócio determinado, mas constitui um agrupamento de capital que tem como característica a habilidade de se adaptar e de mudar sua atividade econômica de maneira célere, possuindo apenas uma sede para a tomada de decisões e realizando contratos com terceiros para a realização de todas as suas atividades (CROUCH, 2000, p. 15).

O autor afirma que na década de 1980, espelhando-se no Japão, o então modelo no que diz respeito ao sucesso econômico, várias grandes corporações buscaram instituir uma “cultura corporativa”, em que moldavam todos os seus aspectos em busca de sucesso competitivo (CROUCH, 2000, p. 15). Essa tendência plantou a semente do que seria a proeminência das grandes corporações no cenário político e econômico (no sentido de que se impunham contra o governo e contra os indivíduos de maneira a atingir o sucesso que desejavam). No entanto, em resposta a essa prática, surgiram duas outras tendências paradigmáticas, relativas à troca do modelo corporativo japonês pelo estadunidense como molde a ser seguido: a tendência à troca rápida de identidade das empresas, enquanto se envolvem em aquisições, fusões e reorganizações frequentes; e a precarização da mão de obra, com a flexibilização das relações de trabalho (CROUCH, 2000, pág. 15).

Estas tendências acabaram por formar o modelo de firma destacado por Crouch, a já mencionada “firma fantasma”, em que a característica central é a flexibilidade:

O padrão relativo à firma contemporânea diz respeito a uma instituição que pertence a um conjunto de detentores de ativos que muda constantemente, e que negociam suas ações de maneira eletrônica. A firma utiliza uma variedade de formas de contratos de prestação de serviço, de maneira a reunir combinações variáveis de trabalhadores e dispensa a necessidade de possuir efetivos empregados. Aqueles que trabalham para ela raramente são identificáveis ou rastreáveis. Em vez de almejar uma reputação pela qualidade de seus produtos, a firma frequentemente muda seu nome e seu âmbito de atuação, utilizando técnicas de propaganda e marketing para adquirir imagens temporárias, que podem ser trocadas e projetadas novamente depois de um período de tempo relativamente curto. Os clientes têm dificuldade de identificar seus rastros. A invisibilidade se torna uma arma (CROUCH, 2000, p. 15-16, tradução livre).

As “firmas fantasmas”, com sua característica capacidade de flexibilização, reagem às demandas do consumidor, agindo de maneira que possam satisfazê-las da maneira mais lucrativa possível. No entanto, há serviços em que, ainda que não haja uma grande margem de lucro atrelada à sua execução, existe a necessidade que sejam disponibilizados a todos os cidadãos. Nessas situações é que se veria a diferença entre a atuação de uma firma regulada

pelo livre mercado e a atuação do governo, cujos modos de operação se fazem completamente diferentes.

Isto porque os governos devem pautar suas práticas sobre o pressuposto da necessidade de acesso universal aos serviços públicos. Portanto, ainda que alguma instituição se faça ineficaz do ponto de vista capitalista, isso não é o suficiente para que o governo a abandone, caso sua existência seja fundamental para garantir o acesso a determinado serviço ou produto indispensável à população.

Crouch utiliza como exemplo a atuação de uma autoridade pública da educação. Caso deseje avaliar o custo benefício (aspecto financeiro) da construção de escolas, o procedimento correto provavelmente seria fechar grande parte das instituições de ensino e abrir grandes escolas em locais estratégicos, em que é possível o acesso via automóvel. Isso garantiria um custo reduzido na manutenção dos prédios. Além disso, supostas pesquisas mostrariam que o pequeno número de estudantes cujos pais não tivessem condições econômicas de possuir carros, não conseguindo, portanto, acessar as escolas, tenderiam a ter uma performance escolar ruim. Logo, se somaria à redução dos custos com as escolas fechadas a melhora do resultado dos índices acadêmicos da região, a partir da impossibilidade de alunos que puxariam esse índice para baixo frequentarem as instituições de ensino (CROUCH, 2000, p. 16).

Para além do acerto do cenário em si (que conta com a, ao meu ver, errônea tese de que os alunos de famílias com menor poder aquisitivo necessariamente performariam de maneira inferior aos outros), vê-se que o autor traça uma hipótese de aplicação da lógica financeira em uma situação de apreciação de um serviço público, e torna-se claro o absurdo que é criado a partir da atitude do governo de ignorar que possui um papel distinto em relação às empresas, o de garantir que o acesso aos serviços públicos essenciais se dê de forma universal.

Esse papel diferenciado dos governos eleitos, no entanto, assim como a diferenciação entre os serviços públicos e as operações comerciais, torna-se de difícil verificação prática em um contexto em que as corporações possuem poder político que por vezes supera o dos políticos eleitos, e imbuem sua lógica estrutural de busca do sucesso econômico em toda a conjuntura da sociedade. Enquanto os ideais dos serviços públicos e dos direitos dos cidadãos se tornavam distantes hipóteses dos séculos XIX e XX, a ideia de “comercialização” do governo era foco de praticamente todas as iniciativas políticas para a prestação de serviços dentro do governo (CROUCH, 2000, p. 17), sendo a consequência final o fato de que os governos eram tentados pelo *modus operandi* flexível e eficiente das “firmas fantasmas”, ignorando o necessário papel garantidor que deveriam possuir para flertar com as operações econômicas técnicas das grandes corporações.

Dessa maneira, os governos passam a renunciar a qualquer tipo de distinção para os serviços públicos em relação às operações econômicas, negando o dever de provê-los de maneira igualitária e competente aos cidadãos. Passam, assim, a exigir que seus departamentos se comportem como empresas, atuando a partir de metas estritamente financeiras. Para tanto, privatiza-se parte dos serviços públicos, sendo outra parte realizada por meio da contratação de firmas para fazê-los. A parte que permanece em competência do setor público é sistematizada de maneira a funcionar como se estivesse sob o controle de uma firma (CROUCH, 2000, p. 17).

A partir desse contexto, o governo tenta se distanciar da responsabilidade pela prestação dos serviços públicos, mas ao mesmo tempo renuncia à função que lhe era exclusiva quando possuía o papel de garantidor desses serviços, a qual foi abandonada em prol da adoção do método flexível das “firmas fantasmas” também para o setor público (CROUCH, 2000, p. 17)

Diante dessa constatação se faz a seguinte pergunta: tendo o governo renegado as características únicas dos serviços públicos, no que diz respeito à sua necessária aplicação universal e indiscriminada, e tendo sido imposta a lógica das empresas privadas ao seu funcionamento, não seria elementar a conclusão de que pessoas do setor privado deveriam administrar a prestação dos serviços públicos, tendo em vista que elas teriam uma maior expertise no método que agora é aplicado a eles, sendo tecnicamente mais capacitados para realizar essa tarefa?

Esse resultado pode parecer claro, mas é importante ressaltar que, ao tomar atividades do governo, as firmas mantêm suas usuais flexibilidade e mobilidade, escolhendo os setores mais lucrativos para atuar. Desta maneira, sobram para o serviço público os setores menos lucrativos, pouco interessantes para o setor privado, que acabam sendo marginalizados e se tornam argumento para os que dizem que os serviços públicos não produzem resultados satisfatórios e que representam um gasto inútil para a sociedade. O mesmo ocorre quando serviços de saúde pública são vistos como um último recurso para os pobres marginalizados, já que também adquirem a reputação de terem péssima qualidade, o que reforça o prestígio do funcionamento do setor privado, gerando um sistema vicioso que se retroalimenta (CROUCH, 2000, p. 17), observável na época especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Obviamente essa situação resultava em uma desconfiança tremenda em relação aos serviços públicos e aos governos, visto que sua reputação se tornava a de que não seriam capazes de realizar coisa alguma sem a orientação do setor privado. E à medida que o governo ia delegando funções às empresas, tal afirmativa passa a ser verdadeira, visto que as forças estatais passavam a perder a habilidade de realizar serviços que antes lhes eram naturais, e paulatinamente iam perdendo inclusive os conhecimentos necessários para compreender certas

atividades, motivo pelo qual eram obrigadas ainda mais a contratar o serviço e a consultoria do setor privado (CROUCH, 2000, p. 17)

Essa falta de confiança no governo, que aos poucos foi se consolidando em efetiva incompetência, solidificou a constatação que se tornou axioma da economia contemporânea: o Estado não deve fazer nada, que não seja garantir a liberdade de mercado (CROUCH, 2000, p. 17-18). Abandonou-se, inclusive, pela renúncia dos governos de suas funções autônomas, a noção de que a atuação estatal deveria ser mais ativa por ter uma perspectiva mais central em relação às firmas, tomadas de maneira individual. A experiência Keynesiana das décadas de 1920 e 1930 mostrava que por vezes o Estado tinha a capacidade de recuperar o mercado de uma maneira que o próprio mercado era incapaz, mas a pobreza de ideias do Estado no início do século XXI impedia que isso se concretizasse novamente.

Nesse contexto, Crouch define que o governo se divide em três partes: um número de atividades que tenta delegar ao mercado ou adequar às diretrizes dele; um residual de obrigações onerosas que não interessam ao setor privado; e uma parte consistente de um componente puramente político, destinado à sua manutenção no poder. A junção dessas partes resulta em um Estado tido como incompetente em prover serviços públicos de qualidade e que utiliza de propaganda e estratégias eleitoreiras unicamente para se manter (CROUCH, 2000, p. 18).

Essa visão do Estado, como se esta fosse sua natureza inerente, é prejudicial por si mesma à democracia, visto que condiciona a atuação estatal à anuência do setor privado, como se este fosse o recanto da coerência e da competência técnica na prestação dos serviços essenciais.

Portanto, as grandes corporações transcendem o status de meras organizações, passando a ser verdadeiras concentrações de poder, a partir do poder econômico gerado pela acumulação de riqueza e da delegação, por parte dos governos, das atividades estatais para as empresas do setor privado, que gera poder político que se concentra nas mãos dos chefes das grandes firmas.

Além disso, de maneira mais indireta, vê-se que com o sucateamento da atuação estatal perdem-se também os investimentos públicos para organizações de diversas áreas, destacando-se as que não possuíam fins lucrativos. Obviamente, não podendo mais contar com o financiamento do Estado, tais organizações voltam-se às grandes corporações, o que dá às firmas ainda mais poder, por poderem escolher setores estratégicos em que quiserem investir.

Crouch destaca que há problemas nesse processo, dando o exemplo de empresas farmacêuticas que decidam financiar pesquisas médicas, e o claro impedimento que deveria existir nesses casos pelo interesse econômico que supera o acadêmico e/ou científico. No entanto, isso é exatamente o que estava ocorrendo no âmbito de observação do autor, com o

governo incentivando universidades a receber o patrocínio de empresas em detrimento do financiamento público. Destaca-se que, em tempos sensíveis em relação ao respeito à democracia, o incentivo das corporações às atividades culturais e científicas se dava a partir de fundos que eram administrados de maneira autônoma em relação às firmas. Isto porque haveria desconfiança com o envolvimento direto de polos de poder econômico em atividades tidas como não comerciais (CROUCH, 2000, p. 19), justamente para que os interesses capitalistas não interferissem em seu funcionamento.

A partir da lógica da tomada de grande parte das prerrogativas estatais pelo setor privado, tornou-se comum o financiamento dessa natureza ocorrer de maneira não mediada, com as caras de um verdadeiro patrocínio.

Nesse contexto, além desse incentivo econômico direto realizado pelas grandes corporações, muitas vezes mesmo o financiamento público das atividades culturais e sem fins lucrativos também é moldado pela vontade ou tendências estabelecidas no setor privado. Isto porque, de maneira a incentivar que esses setores da sociedade recebam o patrocínio particular, o governo condiciona o seu financiamento à capacidade de eles se fazerem atrativos aos investimentos não estatais (CROUCH, 2000, p. 19). Ou seja, a partir da constatação de que empresas estariam dispostas a colocar recursos em determinada atividade não comercial, o governo também age nesse sentido com suas próprias receitas.

Justifica-se que tal prática é realizada de maneira a não onerar o governo financeiramente de maneira tão pesada, visto que a quantidade de recursos públicos alocados seria reduzida e o custo compartilhado com as empresas que decidem investir nessas áreas. No entanto, reforça-se o estereótipo de que o Estado não tem competência para agir sozinho e que depende da supremacia e expertise técnica das companhias do setor privado para que possa realizar qualquer coisa produtiva. Não só isso, mas concentra-se o poder de decisão política nos chefes das grandes empresas, e não somente a escolha de que setores deve investir diretamente, mas também de que maneira seu investimento irá afetar o financiamento público em diversas áreas.

É extremamente danosa à democracia a concentração de poder nesse processo decisório, visto que uma das funções do financiamento público deveria ser justamente a de servir como contraponto e definir prioridades de investimento diferentes das escolhidas pelos mais ricos (CROUCH, 2000, p. 19), o que se deturpa pela nova lógica neoliberal de comercialização do Estado.

Essa conjuntura facilita um acesso privilegiado dos empreendedores e chefes das grandes corporações aos políticos e aos funcionários públicos (CROUCH, 2000, p. 19), visto

que possuem grande influência, inclusive técnica, nas ações estatais. Essa facilidade de contato, levando em consideração a lógica tendente à produtividade e busca constante pelo aumento do valor de suas ações, tende a ser utilizada por essas figuras do setor privado de maneira a favorecer suas empresas de maneira individual. Isso se torna ainda mais claro caso, como acontecia à época da análise de Crouch no Reino Unido, a relação entre o governo e o setor econômico se dê por via direta, sem a mediação de associações, mas a partir do contato imediato dos agentes políticos eleitos com as grandes corporações e seus representantes (CROUCH, 2000, p. 19).

Esse contato acaba gerando influência direta do setor privado, por exemplo, na escolha de quais empresas serão contratadas para realizar os serviços públicos – crescentemente delegados, como mencionado anteriormente. Logo, o acesso aos agentes políticos que possam ser influenciados dessa maneira se torna crucial para que se ganhem esses contratos perante o Estado (CROUCH, 2000, p. 19), o que justifica um esforço das grandes empresas nesse sentido.

E é essa necessidade que gera uma tendência extremamente perigosa para o equilíbrio e a igualdade da democracia. Isto porque, enxergando nos contratos com o governo uma oportunidade de lucro considerável, as empresas passam a apoiar determinados políticos com esses interesses em jogo, o que acaba por mudar a lógica da política forte feita pelos partidos para um modelo neoliberal baseado no lobby (CROUCH, 2000, p.19).

O político que integra os grupos que defendem as causas de interesse do setor privado ou que é favorecido pelo lobby de empresas em suas empreitadas obviamente torna-se refém de suas vontades, o que aumenta ainda mais o poder das grandes corporações e dos indivíduos que ocupam altas posições dentro delas. Ou seja, o poder econômico, que já se encontrava concentrado nas mãos de poucos, transforma-se também em poder político.

Crouch ainda realiza reflexão acerca deste crescente aumento de importância política dos interesses corporativos, a partir de constatação histórica sobre o pensamento liberal:

Esses desenvolvimentos em relação ao crescimento do poder político dos interesses corporativos são comumente apresentados sob a perspectiva da eficiência superior dos mercados. Isso é extremamente irônico. Uma das maiores preocupações das formulações originais do século XVIII a respeito das doutrinas econômicas do livre mercado realizadas por Adam Smith e outros era desentranhar o mundo político e os empreendedores do setor privado uns dos outros, combatendo em particular o oferecimento de monopólios e contratos para os favoritos da Corte. Muito das atividades recentes consistentes em privatizar, contratar e desfazer a separação entre serviços públicos e firmas privadas nos faz retornar precisamente àquele comportamento ambíguo. Dessa maneira, nós presenciamos outro aspecto da parábola: um retorno ao privilégio político das corporações, sob slogans que defendem o mercado e a livre competição (CROUCH, 2000, p. 19, tradução livre).

Vê-se que não há sentido em justificar a concentração de poder nas grandes empresas sob o prisma da eficiência do grande mercado. Isto porque o contexto descrito por Crouch é um em que há extrema dificuldade em estabelecer distinção entre o que é público, representado por indivíduos eleitos e que deveriam ter a preocupação em estabelecer sua competência autônoma, tendo a responsabilidade de garantir direitos universais e de darem uma resposta aos que os elegeram, e o que é privado, que não é limitado por nada que não os interesses individuais e a necessidade de sucesso econômico, especialmente pelos chefes das corporações.

A igualdade política, ainda garantida formalmente, acaba não se verificando na prática, tendo em vista que o acúmulo de poder econômico das firmas globais facilmente se transforma em poder político, seja pela globalização, seja pela crença que tem se alastrado de que a expertise técnica do setor privado é fundamental para a realização dos serviços públicos ou pelo consequente condicionamento das ações do Estado pelas grandes corporações. O acesso privilegiado das empresas aos políticos afeta muito o equilíbrio democrático, visto que o restante dos cidadãos sente que pode “apenas” votar em seus representantes, sendo, no entanto, uma pequena elite que efetivamente tem suas necessidades atendidas.

Este privilégio político das grandes empresas é tido por Crouch como “a crise central da democracia no início do século XXI” (CROUCH, 2000, p. 20). Isto porque, em claro viés pós-democrático, há um paralelo com tempos pré-democráticos, em que as elites dominavam a vida social e econômica e consequentemente monopolizavam o poder político e as posições de poder. Demonstra-se que “a ascensão da elite corporativa é concomitante ao declínio no vigor da democracia criativa” (CROUCH, 2000, p. 20, tradução livre).

3.2 As classes sociais

Ao discutirmos os elementos fáticos que levaram Crouch a determinar as firmas globais como elemento chave em um contexto pós-democrático, em muitos momentos se fez menção à ideia da “elite corporativa”. Isto porque esse grupo, a partir do acúmulo de riqueza, adquire prerrogativas que outros grupos não possuem no sistema político.

A partir de uma noção de classe como a identificação da correspondência entre a posição econômica dos indivíduos que a integram e seu respectivo acesso ao poder político (CROUCH, 2000, p. 20), temos que a elite corporativa deve ser considerada como uma classe dominante. Por esse motivo, é interessante para ela que as outras classes sequer consigam formular identidades próprias, para que não possam reverter essa lógica a partir do sistema democrático e do poder numérico das classes baixa e média, que possuem muito mais indivíduos apesar de deterem muito menos riqueza acumulada do que a elite.

Dessa maneira, Crouch determina que a alegação de que as classes sociais não mais existem seria um sintoma da pós-democracia. Se em sociedades manifestamente não democráticas, as elites exibem seu poder orgulhosamente e em sociedades democráticas há a luta contra os privilégios de classes, nas pós-democráticas há a negação de sua existência (CROUCH, 2000, p. 21). Torna-se cada vez mais difícil que as classes não dominantes sejam percebidas ou se reconheçam como grupos sociais coesos, o quê, combinado com o fato de que as elites econômicas têm cada vez mais consciência de seu papel como classe, causa um desequilíbrio que traz enormes problemas à democracia (CROUCH, 2000, p. 21). É cômodo a quem está no poder que a máquina democrática opere sob a falsa perspectiva de que não há necessidade de distinção entre as diversas classes porque todos os indivíduos possuem os mesmos direitos e deveres em uma democracia.

A partir dessa constatação, faz-se importante reiterar como a classe dos trabalhadores manuais, antes extremamente coesa e tida como fundamental para o ciclo de produção capitalista, acabou apresentando um declínio histórico em sua participação política e econômica, assim como uma crise de identidade como classe social, visto que essa decadência tem relação com o aumento desproporcional do poder político da elite econômica, que é aspecto central da pós-democracia.

No fim do século XIX, a maioria das profissões da classe dos trabalhadores manuais já havia se organizado em sindicatos que as representavam. Especialmente no Reino Unido, verificava-se uma crescente inclusão dos trabalhadores no que diz respeito ao direito ao voto entre 1868 e 1918 (CROUCH, 2000, p. 21). Havia, entretanto, um senso de exclusão política, pelo fato de não haver muitos políticos que estariam dispostos a representar a classe de trabalhadores manuais, assim como uma exclusão social, por trabalhadores não manuais não considerarem o grupo como digno de conviver socialmente com eles, o que resultava, por exemplo, na formação de bairros formados a partir de uma única classe nas cidades industriais (CROUCH, 2000, p. 21).

No entanto, mesmo essa divisão fazia com que atividades políticas identificadas com a classe trabalhadora ocorressem de maneira intensa. A exclusão social desse grupo tornava seu descontentamento constantemente temido, e a pobreza de parcela dos trabalhadores era inevitavelmente a pauta na discussão dos problemas sociais dos países industrializados. Em suma, lidar com a existência dessa classe social era preocupação fundante de qualquer política pública do fim do século XIX até o terceiro quarto do século XX (CROUCH, 2000, p. 21).

Durante esse período, a classe dos trabalhadores foi também crescendo numericamente e, eventualmente, também em renda, passando a ter um impacto nas relações de mercado a

partir do consumo, assim como nas políticas de assistência social pelo seu crescimento. O diagnóstico era de que a os trabalhadores manuais eram a classe social do futuro, e partidos sabiam que seu sucesso político se deveria muito a como responderiam às suas demandas. Além disso, o capitalismo de produção em massa da metade do século XX foi moldado a partir da classe de trabalhadores manuais como seu elemento central (CROUCH, 2000, p. 21), tanto na produção quanto no consumo, fazendo com que o sistema, de certa maneira, dependesse da prosperidade dessa classe para atingir seu potencial máximo.

A partir da década de 1960, todavia, o tamanho relativo da classe começou a diminuir, com o advento da automação que fazia com que fossem necessários menos trabalhadores nas indústrias, assim como com o aumento das vagas em setores administrativos e na prestação de serviços. O declínio do trabalho manufaturado e a ascensão de inovações tecnológicas nas décadas de 1980 e 1990 também contribuiu para a diminuição dos empregos e, conseqüentemente, dos indivíduos que se identificavam com a classe (CROUCH, 2000, p. 21).

Destaca-se que, apesar de ainda haver muitos trabalhadores manuais, eles já não podiam mais ser classificados como a classe do futuro, pela perda de sua relevância como força produtiva. No fim do século XX, grande parte das suas lutas sociais tinha o intuito meramente protecionista (CROUCH, 2000, p. 21), de defender os direitos que os trabalhadores possuíam e não os deixar serem engolidos pela conjuntura neoliberal que ia se estabelecendo. Já não havia mais pretensões maiores em relação a impor suas demandas contra o sistema a partir da articulação política da classe como um todo, mas apenas uma luta puramente defensiva das militâncias industriais.

No Reino Unido, isto se verificava de maneira bastante explícita. Crouch classifica como “a feroz batalha final do trabalho organizado” (CROUCH, 2000, p. 22) a greve dos mineiros, que ocorreu entre 1984 e 1985, um último e desesperado esforço de defesa que, segundo o autor, provou-se autodestrutivo (CROUCH, 2000, p. 22).

Em resposta ao declínio da classe dos trabalhadores manuais, o Partido Trabalhista do Reino Unido, principalmente durante a década de 1960, tentou adicionar novos grupos emergentes de trabalhadores não manuais à coalisão política do trabalho manufaturado. Tal estratégia obteve sucesso com pessoas que trabalham no setor público, que se juntaram à causa. No entanto, durante a década de 1980, em que se começava a adotar uma postura mais radical de esquerda (CROUCH, 2000, p. 22), Crouch afirma que o partido esqueceu do seu modo de operar voltado para o futuro e começou a tentar formar coalisões políticas a partir de grupos minoritários (CROUCH, 2000, p. 22), o que se mostrava falho por ignorar o papel das classes nesse processo e por não congregarem trabalhadores de perfil coeso em um mesmo grupo, não

obtendo uma força produtiva que pudesse, política e economicamente, exigir que suas demandas fossem cumpridas perante as grandes empresas, apenas suplicar por sua empatia:

A classe dos trabalhadores manuais tinha começado o século como o futuro batendo na porta, representando o interesse coletivo em uma era prejudicada pelo individualismo: este grupo trouxe a mensagem da cidadania universal, e as possibilidades de consumo de massas em uma sociedade que só conhecia os bens de luxo para os ricos e de subsistência para os pobres. Terminou o século representando os perdedores da História: a defesa do Estado de bem-estar social começou a tomar a forma de apelos especiais por compaixão, não demandas universais por cidadania. Durante o curso de um século, a referida classe tinha descrito sua parábola (CROUCH, 2000, p. 22, tradução livre).

A descrição do declínio histórico da classe dos trabalhadores manuais se justifica justamente porque por muito tempo esta foi a única classe com unidade e coesão suficientes para se opor às elites. Com essa antiga polarização em mente, é importante destacar o papel da classe que se encontra “entre” esses dois extremos, e de que maneira se portou com o processo pós-democrático.

O resto da população é composto pela classe média, um grupo diverso e heterogêneo de profissionais, cujas características incluem, historicamente, níveis de educação, renda e condições de trabalho superiores aos dos trabalhadores manuais (CROUCH, 2000, p. 22), o que por muitas vezes os estimula a não querer se equiparar com a classe que consideram inferior. No entanto, a análise desses indivíduos mostra uma dificuldade em traçarmos um perfil político autônomo para o grupo, com suas organizações ocupacionais demonstrando-se, em geral, fracas no que diz respeito à atuação política e com seus integrantes apresentando comportamento variado no momento de votar, não possuindo a marca dos estereótipos da classe trabalhadora e da burguesia (CROUCH, 2000, p. 22).

Crouch destaca, contudo, que esse grupo não é, de maneira alguma, pouco ativo politicamente. Individualmente, a grande maioria participa prolificamente de grupos de interesse e associações diversas. O espectro ideológico geral dessa participação, no entanto, é vasto, o que impede que confrontem o sistema político com uma lista coesa de demandas, como faz a elite econômica e como já fizeram os trabalhadores manuais. Segundo o autor, eles estariam, normalmente, mais próximos dos interesses do Capital no âmbito político, tendendo a votar em partidos anticomunistas com mais frequência do que em partidos pró-trabalhador, por exemplo. Porém, sendo uma classe variada e complexa, indica-se também uma tendência de apoio ao Estado de bem-estar social, principalmente no que diz respeito a serviços públicos relativos à saúde, à educação e à assistência social (CROUCH, 2000, p. 22).

Essa complexidade justifica as divisões ideológicas que ocorrem dentro da classe média. Uma amostra disso é a separação entre os que defendem os serviços públicos e os que defendem

os serviços privados, e, especialmente, a definição hierárquica que surge dentro da classe, dependendo da função profissional que ocupam e de seu acúmulo de riqueza. É a diferenciação entre os empregados regulares e os gerentes de um escritório, por exemplo: ambos integram o que é convencionalmente chamado de classe média, não tendo as características necessárias para serem integrados à classe dos trabalhadores ou à elite econômica. Há, no entanto, uma distinção hierárquica entre eles, que é destacada socialmente.

A avaliação principal é que a classe média “alta” (de hierarquia intraclasses superior) tende a defender o interesse das elites econômicas, com exceção dos indivíduos que trabalham no setor público. Os da classe média “baixa”, no entanto, se recusam a se integrarem à classe trabalhadora, e, ainda mais gravemente, não conseguem idealizar políticas que os representem de maneira especial, o que reforça a ideia da fraca mobilização coletiva da classe média ao formular suas demandas.

Crouch pontua como é possível se argumentar contra a fragilidade política da classe média a partir da constatação de que políticos estariam obcecados em responder às suas preocupações (CROUCH, 2000, p. 22). Entretanto, o autor conclui que a maneira como esses interesses são processados pelo sistema político faz com que possam ser considerados parte integrante das demandas da elite econômica. Isto porque as pautas políticas relativas às preocupações da classe média sempre são abordadas como se sua principal (e possivelmente única) demanda coletiva fosse a melhoria dos serviços públicos, ideia que, a partir da conjuntura moldada pelos interesses das grandes empresas, resulta na cada vez mais geral constatação de que eles devem ser privatizados. Além disso, a classe média é encorajada a não buscar ascensão social que não seja a evolução nas carreiras que lhes são dispostas pela elite econômica, o que os prende ao status quo moldado pelas grandes empresas.

Nesse contexto, o autor destaca a obsessão da política contemporânea com a educação:

A partir disso segue a preocupação obsessiva da política contemporânea com a educação, já que ela parece prover a maneira mais certa de ascensão vertical. Como a ascensão social só pode ser atingida por uma minoria e em competição com todos os outros, é uma estranha política a ser oferecida como solução geral para os problemas da vida. É provavelmente por esse motivo que tanto o Partido Conservador quanto o Trabalhista tenham encorajado pessoas a culpar os professores das escolas e as autoridades locais de educação pelo fato de nem toda criança ser o líder da matilha (CROUCH, 2000, p. 23, tradução livre).

Dessa maneira, o sistema ignora o aspecto estrutural da educação, tornando-a uma ferramenta que vende a ilusão da ascensão social, uma projeção muitas vezes utópica que mascara a necessidade de medidas mais assertivas em outros setores da sociedade e transfere a responsabilidade do Estado para a escola. Em outras palavras, o indivíduo de classe média sonha em tornar-se parte da elite por meio de seus estudos, quando na realidade, em regra,

apenas se desenvolverá em uma profissão subserviente a ela por esse meio. E é bom frisar que, ainda que atinja esse sonho, ele será uma minoria, o que não justifica que a educação, como política pública, seja vendida dessa maneira individualista. Não se pode esperar que as condições médias da classe sejam melhoradas e suas demandas atendidas se os seus membros não se conscientizarem de que uma mobilização coletiva deva ser realizada nesse sentido, em vez de sonharem com a remota possibilidade de ascensão individual à condição de elite.

A partir das características desse grupo que compõe o limbo entre os representantes das grandes empresas e dos trabalhadores, Crouch tira a conclusão de que os grupos de classe média (especialmente no Reino Unido, seu principal ponto de observação) possuem um modelo operacional que se adequa perfeitamente ao conceito pós-democrático, tendo em vista que são o alvo principal das políticas manipuladoras e que constituem um grupo passivo e que carece de autonomia política (CROUCH, 2000, p. 23). Não por acaso, são um grupo que cresceu numericamente com o advento do período histórico pós-democrático, não apresentando, no entanto, a evolução parabólica, visto que sequer existiam em números relevantes durante o período pré-democrático e se dividiam entre a disputa dos trabalhadores e da elite econômica durante o ápice da democracia (CROUCH, 2000, p. 23).

Apesar de detalhar a passividade da classe média e das classes sociais em geral perante a imposição das elites, Crouch assume que há um ponto de quebra dessa conjuntura: a mobilização política das mulheres (CROUCH, 2000, p. 24).

O autor explica que havia dificuldade histórica na organização de movimentos autônomos que representassem as demandas das mulheres. Primeiramente, o fato de não se aceitar socialmente que mulheres trabalhassem, com sua imagem vinculada à vida doméstica, estabelecia uma tendência de movimentos femininos não se definirem a partir de seus locais de trabalho, havendo menos participação de mulheres em todo tipo de organização em relação aos homens, com exceção da igreja (CROUCH, 2000, p. 24).

Outro fator importante era como articular uma visão feminina da sociedade era considerado uma afronta à visão masculina (CROUCH, 2000, p. 24), que se punha como dominante. Especialmente com o sistema patriarcal, fundado sobre a família tradicional, a “audácia” da mulher em procurar expressar suas demandas, especialmente no que diz respeito às suas necessidades ocupacionais, gerava um conflito no seio familiar que muitas vezes impedia que se estabelecessem comunidades femininas prontas para lutar por suas causas.

Crouch pontua, todavia, que entre 1970 e o início do século XXI iniciou-se uma mudança nesse paradigma, com a mobilização de grupos que buscavam carregar a identidade social feminina e expressá-la politicamente. O autor, inclusive, classifica tais movimentos

(juntamente com os de conservação da natureza) como os mais importantes exemplos de exercício da cidadania positiva, com a atividade política democrática em seu aspecto criativo sendo exercida com esplendor (CROUCH, 2000, p. 24).

A partir de um desenvolvimento clássico, que se inicia no pensamento de pequenos grupos de intelectuais e ativistas radicais e se expande de maneira complexa, diversa e incontrolável, as manifestações feministas, segundo Crouch, possuíam a característica definitiva de um grande movimento: “a descoberta de uma identidade latente, que leva à definição de interesses e à formação de grupos formais e informais para dar expressão a eles” (CROUCH, 2000, p. 24, tradução livre). Outra característica fundamental é que o movimento pegou o sistema político de surpresa, o que dificultou com que fosse manipulado da mesma forma que outros movimentos sociais haviam sido, desenvolvendo-se de maneira que fugiu do controle, inclusive, das feministas pioneiras, em uma multiplicidade de formas.

Vale destacar que o aumento dos movimentos políticos femininos autônomos foi acompanhado da tentativa de outros grupos de distorcer seus princípios, assim como um esforço dos sistema político e das elites que o controlam subliminarmente em transformar as demandas das mulheres em medidas que os beneficiam. Dessa maneira, produziram-se políticas públicas com o intuito de incluir as mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, visando a aumentar a força produtiva com o contingente feminino e aumentar a arrecadação de impostos pela crescente no número de mulheres economicamente ativas. Tais reações, no entanto, não são diminutivas do movimento, mas apenas constatação de sua importância, visto que mostram a necessidade de agentes fundamentais da sociedade pós-democrática em explorá-lo, implicando que não haveria maneira de inibi-lo por completo.

A menção dos movimentos femininos como força da democracia criativa se dá como exemplo que, mesmo em sociedades que caminhem em direção à pós-democracia, é possível que grupos contradigam a tendência histórica dominante (CROUCH, 2000, p. 25), sendo importante que se articulem a partir de uma identidade coletiva comum para que possam fazê-lo.

O diagnóstico de Crouch para a atuação das classes sociais em seu contexto de análise, portanto, é de que elas perderam em muito sua identidade e, conseqüentemente, sua capacidade de se articular politicamente de maneira coesa. A única classe (em geral) que parece ter essa capacidade é a elite corporativa, que não por acaso se mostra como a classe dominante em um cenário pós-democrático.

3.3 Os partidos políticos

Crouch explica como a figura tradicional da relação dos partidos com seu eleitorado se dá a partir de múltiplos círculos, de tamanho crescente:

(...) o menor contém o núcleo de liderança, junto com seus conselheiros; em seguida vem os representantes do partido no parlamento; depois os membros ativos, pessoas que despendem muito do seu tempo trabalhando ativamente para o Partido, como membros de conselhos, ativistas locais, estafê pago; em seguida, membros ordinários, que fazem pouco pelo partido, mas que querem ter uma conexão simbólica com ele, ajudar com atividade ocasional e pagar a inscrição regular de filiação; depois apoiadores, ou votantes leais, os quais não fazem virtualmente nada pelo partido exceto se apresentarem confiavelmente em dias de eleição; finalmente, o maior círculo, o eleitorado mais amplo, aquele que o partido busca persuadir a votar nele (CROUCH, 2000, p. 27, tradução livre).

Esses círculos representam as camadas que compõem um partido tradicional, sendo o menor deles o mais próximo ao seu “coração”, e, portanto, o que mais carrega os seus ideais e que é composto das pessoas que mais representam a figura do partido individualmente. O círculo maior, e, portanto, mais externo, por sua vez, representa as pessoas que efetivamente não fazem parte do partido, e que o afetam apenas indiretamente, a partir de uma perspectiva eleitoral de angariação votos.

Em um contexto democrático, esses círculos dialogam entre si de maneira concêntrica. Ou seja, cada camada se comunica com a subsequente. Os líderes do partido são escolhidos a partir dos ativistas; os ativistas surgem de dentro dos membros do partido; os membros do partido fazem parte do eleitorado e refletem as preocupações daqueles que o partido busca representar. Essa organização que concatena um nível partidário a outro é fundamental para que, em última instância, os líderes dos partidos se comuniquem com o eleitorado a partir de intermediários que facilitem esse contato (CROUCH, 2000, p. 27).

Em um contexto pós-democrático, por sua vez, a ascensão das firmas globais faz com que essa dinâmica seja prejudicada, vez que se acumulam em volta dos líderes do partido conselheiros e lobistas advindos das grandes empresas, que possuem contato direto com o “círculo” que deveria ser abordado através dos devidos intermediários. Mais do que isso, apesar de três grupos serem identificáveis na casta superior do partido (líderes, conselheiros e lobistas), muitas vezes os mesmos indivíduos se revezam nessas diferentes posições, comprometendo sua ocupação especializada (CROUCH, 2000 p. 28) e demonstrando que há um interesse externo ao partido que congrega os três tipos de indivíduos, notoriamente o das grandes empresas.

Outro fator que contribui para o declínio do modelo concêntrico é a confusão da estrutura de classes. Quando, por exemplo, a classe dos trabalhadores manuais sofre o seu declínio, muitos dos ativistas partidários pertencentes a essa classe que mediavam a comunicação entre as lideranças do partido e o eleitorado perdem força e deixam de fazê-lo.

Não sabendo como abordar a opinião pública sem o modelo tradicional, o núcleo partidário busca auxílio nos “especialistas” do setor privado (CROUCH, 2000, p. 28), que incutem a lógica comercial na política e afastam as lideranças dos outros segmentos do partido.

Esse cenário faz com que o núcleo de liderança se torne diferente dos outros círculos do partido, transformando-se em uma elipse (CROUCH, 2000, p. 28), no sentido de que não obedece a lógica concêntrica e se faz praticamente incomunicável com o eleitorado e com os outros níveis partidários intermediários, o que se traduz em uma elipse que não se “encaixa” com os outros círculos e se “estica” para além dos contornos do partido por meio dos contatos com o setor privado.

Dentro do núcleo partidário (agora elíptico) mencionado, unidos aos indivíduos que constituem verdadeiros ativistas, que buscam a recompensa da consagração de sua liderança e do sucesso das políticas propostas, aparecem as pessoas que, mesmo que tocadas pelos ideais do partido, fazem parte da política com o objetivo principal de obter ganho monetário. Em um exemplo ainda mais extremo, temos os profissionais contratados pelo partido para realizar um trabalho, que sequer são necessariamente apoiadores de suas causas. Todos esses grupos interagem com os lobistas que representam as firmas globais, cujo interesse na atividade do partido é meramente estabelecer contatos políticos que as ajudem a condicionar um eventual processo de privatização e contratação para a realização de serviços públicos, caso o partido chegue ao poder futuramente. Há, inclusive, a tendência de o trabalho de lobista ser oferecido aos conselheiros dos partidos dentro das firmas, ampliando a área de atuação do núcleo do partido também para o setor privado.

Essa ampliação é perigosa porque enfraquece a distinção entre o serviço público e o privado, fazendo com que a procura do lucro também seja incorporada à rotina dos políticos. Portanto, para os integrantes do núcleo de liderança dos partidos, vender sua influência em troca de possíveis ganhos pessoais já não é algo necessariamente tido como corrupto ou estranho ao sistema, mas uma coisa inerente à vida pública (CROUCH, 2000, p. 28).

Imbuída a essa lógica monetária está outra justificativa para a incomunicabilidade entre a liderança dos partidos e os ativistas que serviam de intermediários entre aquelas e o eleitorado. A função primordial dos ativistas partidários era sua contribuição para a angariação de votos, a partir de sua atuação voluntária ou de sua contribuição financeira e capacidade de levantar fundos para o partido com esse fim (CROUCH, 2000, p. 29). A partir da aproximação das grandes empresas dos núcleos partidários, essa função tornou-se inócua, visto que financeiramente elas teriam condições mais vantajosas a oferecer para o partido e a possibilidade de uma campanha em nível nacional, principalmente por meio de anúncios em

horários comerciais na televisão, facilmente substituíram a capacidade de articulação dos ativistas nas comunidades locais. Em suma, do ponto de vista pragmático dos líderes partidários (focados no resultado eleitoral mais do que em representar efetivamente os adeptos do partido), a relação elíptica, com as elites econômicas, é muito mais confortável e vantajosa do que a com os ativistas do partido (CROUCH, 2000, p. 29).

O autor destaca, desta maneira, que o modelo pós-democrático de partido seria composto de uma elite partidária que se distancia do movimento social que lhe serve de base, mas que se acomoda entre corporações que financiam serviços de pesquisa de opinião, aconselhamento político e angariação de votos, em troca da “boa vontade” do partido em relação a elas quando for eleito (CROUCH, 2000, p. 29).

Apesar de alertar para as tendências que apontam para a futura concretização desse modelo, Crouch afirma que ele ainda não tinha condições de se sustentar na prática.

Como exemplo disso, o autor menciona a ascensão do partido de direita “Forza Italia”, que ocupou grande parte do Estado italiano durante a década de 1990 a partir de sua figura central: o empresário Silvio Berlusconi, que a partir de sua rede empresarial financiou esta empreitada política. O partido praticamente não possuía ativistas e empregados de Berlusconi realizavam funções que normalmente seriam de voluntários com filiação partidária, e conseguia divulgar sua causa e angariar votos a partir dos canais de televisão, do jornal de alcance nacional e da revista popular que eram posse do empresário (CROUCH, 2000, p. 29).

O “Forza Italia” era um exemplo de partido de caráter essencialmente empresarial, que não emergira a partir dos interesses e das demandas de um movimento social, mas a partir de partes da elite econômica e política da época na Itália. Segundo Crouch, foi o partido que mais se aproximou do ideal pós-democrático descrito anteriormente (CROUCH, 2000, p. 29).

Entretanto, reforçando a ideia de que o modelo pós-democrático de partido ainda não estava em condições de prosperar, mesmo o “Forza Italia”, com o passar dos anos, passou a se estruturar de maneira mais semelhante a um partido clássico, adquirindo membros e criando mecanismos para cativar voluntários em âmbito mais provincial, o que aumentou o sucesso do partido na política local, quando antes possuía presença nacional forte, mas presença local apenas subsidiária.

Este fenômeno se explica pelo fato de os governos locais da Itália na época ainda possuírem importância por serem a principal conexão das pessoas com o cenário político, constituindo, assim, a força vital dos partidos. Ainda que o movimento em direção à pós-democracia introduzisse uma lógica diferente, de comunicação direta entre a elite do partido e as grandes corporações (o que já alterava diversas dinâmicas internas dos partidos), a premissa

básica de realização de políticas locais como maneira de fortalecer o eleitorado em cada bairro, cidade ou estado, ainda persistia.

Não tão afetados pela importância dos governos locais em sua solidificação política (muito menor no Reino Unido), os partidos britânicos não se submeteram completamente ao modelo partidário pós-democrático pelo custo atrelado às novas estratégias relativas aos serviços profissionais de divulgação midiática nacional das campanhas partidárias.

Caso escolhessem abrir mão definitivamente dos ativistas e voluntários que divulgam localmente as causas do partido para adotar a estratégia do marketing midiático em ampla escala de maneira integral, os líderes partidários teriam que tomar a imprudente decisão de entregarem-se completamente às corporações para poderem financiar suas campanhas, uma decisão que nenhuma liderança de partido efetivamente tomou, visto que existia a possibilidade ponderada de receber dinheiro e apoio das duas fontes caso mantivessem a convivência tanto com as corporações quanto com os ativistas. A situação da época (início do século XXI), segundo Crouch, era que “todas essas forças coexistiam apreensivamente e em suspeita mútua” (CROUCH, 2000, p. 30, tradução livre).

A partir da descrição realizada por Collin Crouch de elementos fáticos que observava em seu contexto de análise, pode-se depreender as tendências econômicas, políticas e sociais que o levaram a conceituar a pós-democracia.

A constatação apontada pelo autor de que o sistema se encaminhava em direção um modelo democrático mínimo, em que as instituições formais da democracias se mantêm, mas o processo político é um espetáculo controlado e a participação popular é submetida à manipulação da classe política e das elites econômicas, as quais efetivamente controlam as tomadas de decisão, se justifica na prática pelo crescimento exponencial das grandes empresas, que estavam se tornando firmas globais a partir da globalização e utilizavam-se do seu poder econômico como meio de sobrepujar os Estados Nacionais e acumular poder político em igual proporção, gerando um desequilíbrio nas prerrogativas sistemáticas das elites corporativas em relação a todos os outros grupos sociais e consequente enfraquecimento da democracia.

Esse desenvolvimento, unido ao fato de que as classes sociais estavam em processo de perda de sua identidade e de que os partidos começavam a estruturar-se de maneira elitista, sem dialogar com sua base eleitoral, fez com que Crouch teorizasse a pós-democracia, conceito que abrange e explica teoricamente a crise democrática que identificara na prática.

Vale destacar que a relação invasiva das grandes corporações perante o Estado democrático descrito pelo autor é característica do neoliberalismo, apesar de o termo em si pouco aparecer no texto de Crouch.

Nesse aspecto, é importante destacar que o neoliberalismo pode ser definido, de maneira razoavelmente objetiva como “um conjunto de políticas estatais, uma fase do capitalismo ou uma ideologia que libera o mercado para restaurar a lucratividade para a classe capitalista” (BROWN, 2016, p. 30 apud BALLESTRIN, 2018, p. 154). No entanto, há por trás da conjuntura neoliberal uma racionalidade que deve ser destacada. Nas palavras de Wendy Brown:

(...) de maneira a compreender os efeitos políticos e culturais do neoliberalismo, ele deve ser percebido como mais do que um grupo de políticas de livre mercado que desfazem os Estados de bem estar social e privatizam serviços públicos no Norte, fazem destroços dos esforços de soberania democrática ou autonomia econômica no Sul, e intensifica a desigualdade de renda em todo lugar. Certamente o neoliberalismo compreende esses efeitos, mas como uma racionalidade política, também envolve uma específica e consequente organização do social, do sujeito e do Estado. (...), como Foucault destacou a respeito de termo, uma racionalidade política é uma forma específica de razão política normativa que organiza a esfera política, práticas governamentais e cidadania. Uma racionalidade política determina o que é sabido, distinguível, e os verdadeiros critérios desses domínios. Logo, enquanto a racionalidade política neoliberal é baseada em uma certa concepção do mercado, sua organização da governabilidade e do social não é meramente o resultado da interferência do econômico nas outras esferas da sociedade, mas da imposição explícita de uma forma particular de racionalidade de mercado nessas esferas (BROWN, 2006, p. 693, tradução livre).

Esse adendo sobre a natureza do neoliberalismo é extremamente compatível com a teoria pós-democrática, visto que a crise identificada por Crouch passa muito pela maneira como a racionalidade imposta pelas grandes empresas interfere no cenário político e social. Será, também, importante para o entendimento da conjuntura democrática atual discutida na próxima seção do trabalho, a partir da constatação de que a racionalidade neoliberal parece estar entrando em choque com os ideais da democracia.

Portanto, a partir do delineamento dos pressupostos teóricos da pós-democracia e do contexto em que foram criados (com destaque à sua relação com uma lógica neoliberal), resta saber se é possível aplicar este conceito, cunhado no início do século, ao contexto atual da democracia, mais especificamente a partir da crise democrática que se constata nos dias de hoje.

4 COMO A PÓS-DEMOCRACIA EXPLICA A CRISE ATUAL

Vê-se pela seção anterior do trabalho que o contexto em que foi dado à luz o conceito de pós-democracia foi de uma crise democrática verificada por Collin Crouch, cujos motivos e consequências foram sistematizados teoricamente pelo autor.

Vimos que é fundamental colocar os conceitos, especialmente os da Ciência Política, em contexto no momento de sua análise e aplicação.

Tendo isso em vista, a seção final deste trabalho se propõe a avaliar, de maneira geral, se é possível utilizar o conceito da pós-democracia para explicar o contexto democrático atual, mais de 20 anos após sua formulação original. Para tanto, é importante avaliar a adequação dos pressupostos da pós-democracia ao cenário que se coloca nos dias de hoje, mas também levar em conta as circunstâncias fáticas relativas ao tempo histórico e ao local em que as teorizações de Crouch foram realizadas, de maneira a contextualizar devidamente as suas ideias e não as distorcer.

Ainda discorrendo sobre preocupações metodológicas desse processo, destaca-se que buscar abranger o cenário democrático atual como um todo seria pretensioso. No entanto, limitarmo-nos à experiência democrática de um único país não serviria ao propósito de identificar, de maneira geral, se é aplicável conceitualmente a pós-democracia no contexto atual de evolução histórica da democracia.

Portanto, a proposta é de avaliar o contexto atual da democracia por meio da abordagem de um fenômeno identificável nos regimes democráticos contemporâneos, uma crise que envolve a escolha, pela via formal do eleitorado, de líderes de tendência autoritária, e, em uma análise mais detalhada, perigosos à própria existência da democracia.

A escolha desse recorte de análise se justifica pelo fato de se assemelhar ao escolhido por Collin Crouch. Isto é, ao formular o conceito de pós-democracia, Crouch avaliou mecanismos do sistema democrático que se deterioravam, determinando que havia uma crise latente na democracia da época. É natural que, ao analisar a ocorrência da crise que se verifica nos dias de hoje, também analisemos o funcionamento sistemático da democracia e o comparemos com o que foi descrito por Crouch, de maneira a avaliar se os cenários de crise são parecidos e se as conclusões tiradas pelo autor inglês podem ser úteis na compreensão do fenômeno e do sistema democrático atual.

Dessa maneira, é fundamental que primeiro seja detalhada a crise da democracia atual de que se está falando.

4.1 A crise democrática atual

A crise do regime atual diz respeito à ascensão de líderes de tendência autoritária ao redor do mundo. Essa chegada ao poder, no entanto, não se dá por meios manifestamente violentos, ou pela tomada forçada do controle por grupos armados, mas a partir do próprio sistema, legitimados pelo voto popular. Em outras palavras, os eleitores se sentem representados e votam por candidatos populistas que tem como pauta medidas muitas vezes manifestamente antidemocráticas.

Essa subida ao poder, mais do que uma tendência, pode ser considerada uma crise porque evidencia como o sistema democrático pode ser utilizado para promover justamente o que pode destruí-lo. O que leva ao questionamento dos motivos de isso acontecer.

O cientista político Yascha Mounk defende que o “momento populista” (MOUNK, 2019, pág. 17) pelo qual passamos se mostra a partir de concepções erradas que foram traçadas em relação à democracia no período pós-guerras mundiais. Primeiramente, o pressuposto de que países ricos em que há alternância de poder por eleições livres se manteriam democráticos para sempre, o que não se confirmou pelas eleições de líderes populistas de extrema direita na Europa e pela eleição de Trump nos EUA (MOUNK, 2019, p. 17).

Em segundo lugar, temos o pressuposto de que liberalismo e democracia compõem um todo coeso (MOUNK, 2019, p. 17). Esse é um ponto central da discussão, visto que tem o potencial de explicar o motivo de a população realizar o ato aparentemente contraditório de exercer seu direito de voto para eleger esses líderes de tendência autoritária.

No contexto cunhado por Yascha Mounk, a “democracia” consiste no conjunto de instituições, legitimadas pela lei, que traduzem as opiniões do povo em políticas públicas. O “liberalismo” seria caracterizado pela necessidade das instituições em proteger o Estado de Direito e garantir os direitos individuais. A democracia liberal seria o regime que tanto traduz as opiniões populares em políticas públicas quanto protege os direitos individuais (MOUNK, 2019, p. 39).

Ao separar em duas características o que parece ser basilar em qualquer Estado democrático, Mounk admite a possibilidade de a realização de um desses ideais se contradizer ao outro, gerando duas formas de desvirtuar um sistema democrático:

Democracias podem ser iliberais. Isso tende a acontecer particularmente em lugares onde a maioria opta por subordinar as instituições independentes aos caprichos do executivo ou por restringir os direitos das minorias que a desagradam. Por sua vez, regimes liberais podem ser antidemocráticos, a despeito de contarem com eleições regulares e competitivas. Isso tende a acontecer sobretudo em lugares onde o sistema político favorece de tal forma a elite que as eleições raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas (MOUNK, 2019, p. 39).

A partir dessa constatação, pode-se justificar a escolha da população. Afinal, os líderes populistas de perfil autoritário aparecem em campanha alegando que representam a vontade do povo, e suas manifestações que atentam contra os direitos individuais (especialmente das minorias) muitas vezes soam bem aos ouvidos da maioria, que possivelmente enxerga as instituições liberais como um empecilho à concretização da vontade do povo e tem simpatia à figura que, ao menos em discurso, não se curva às limitações impostas pelos mecanismos de controle da democracia liberal.

Há, inclusive, segundo Mounk, “um elemento genuinamente democrático no populismo” (MOUNK, 2019, p. 47), que representa sua conformidade com as vontades da maioria. No entanto, em uma análise mais atenta, é claro que um governo desse caráter é mais danoso do que favorável, inclusive em relação à maioria que o elegeu. Isto porque é muito fácil que os governos iliberais façam a transição do populismo para o autoritarismo (MOUNK, 2019, p. 47), justamente por seu desapego com as regras do jogo, que faz com que eles não se prendam às responsabilidades inclusive perante as demandas do povo que o elegeu.

Em suma, parte grande da população é seduzida por um discurso antidemocrático porque já não tem tanto apego à ideia da supremacia da democracia liberal. Caso julgue necessário (ou seja levada a isso pelo discurso inflamado dos candidatos populistas), vê-se que a população é capaz de abandonar as garantias das instituições liberais para fazer com que sua vontade seja cumprida, muitas vezes sem perceber a ameaça que tais candidatos representam inclusive a ela.

Se Mounk argumenta em relação aos motivos que levam a população a votar desse jeito nesse contexto, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt se preocuparam em analisar o processo de chegada ao poder desses candidatos, descrevendo elementos que marcam candidatos com potencial de acabar com o regime democrático.

Segundo os autores, há quatro principais características que indicam comportamento autoritário em candidatos e líderes populistas eleitos: a rejeição das regras democráticas do jogo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou encorajamento à violência e a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 33-34).

A enumeração dessas características tem por objetivo alertar para a possibilidade de subversão das instituições democráticas caso tais personagens sejam eleitos, ainda que não haja um discurso abertamente antidemocrático. O processo de erosão da democracia, pautado a partir dos quatro elementos listados acima, muitas vezes é sutil, mas não por isso menos perigoso.

O ataque à ordem democrática muitas vezes se inicia de maneira verbal, com os políticos de tendência autoritária atacando seus oponentes e críticos com termos “ásperos e provocativos” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 79), como “subversivos”, “terroristas” e (até mesmo) “comunistas”. Tais manifestações podem parecer pouco graves e inofensivas, mas por terem repercussão ampla acabam por atingirem um contingente grande de pessoas. Logo, caso esses indivíduos comprem a narrativa dos demagogos autoritários, fica mais fácil justificar as ações antidemocráticas posteriores tomadas contra seus inimigos.

Além das ameaças por meio da fala, destaca-se que muitas vezes os líderes demagógicos já provaram ser capazes de também agir sobre aquilo que falam:

Embora analistas muitas vezes assegurem que demagogos são “só falastrões” e que suas palavras não devem ser levadas demasiado a sério, um rápido exame dos líderes demagógicos mundo afora sugere que muitos deles de fato cruzam a fronteira entre palavras e ação. É por isso que a ascensão inicial de um demagogo ao poder tende a polarizar a sociedade, criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua. As palavras ameaçadoras do novo líder têm um efeito bumerangue. Se a mídia se sente ameaçada, pode abandonar o comedimento e padrões profissionais, num esforço desesperado para enfraquecer o governo. E a oposição pode concluir que, pelo bem do país, o governo tem que ser afastado através de medidas extremas – impeachment, manifestações de massa, até mesmo golpe (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 79).

Infere-se, portanto, que a partir da entrada desses líderes nos cargos de poder, a tendência é a erosão das instituições democráticas, ainda que não haja um golpe propriamente dito. Por isso a exigência de que se tenha cuidado com todas as atitudes que apontem para uma tendência autoritária, por menores que sejam, que devem ser (obviamente dentro das regras do jogo) combatidas pela sociedade e pelos mecanismos de proteção da democracia.

Outro aspecto que corrobora com essa visão é o fato de muitos dos demagogos não assumirem o poder com uma agenda autocrática. “A ruptura democrática não precisa de um plano” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 79). Basta que ocorram acontecimentos não planejados que desencadeiem uma série de tensões entre o líder demagógico eleito que não segue as regras e os políticos do status quo que, sentindo-se ameaçados, retaliam de maneira muitas vezes tão violenta e extremista quanto os próprios.

No mesmo sentido vai o alerta para que políticos estabelecidos não realizem as “alianças fatídicas” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 23), tentados pela capacidade dos populistas em angariar votos e certos de que eles não irão manifestar na prática aquilo que pregam. É dever daqueles que representam a democracia estarem atentos quanto às figuras perigosas a ela, evitando que elas efetivamente cheguem ao poder. Não à toa Levitsky e Ziblatt se referem aos partidos políticos como “guardiões da democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 44).

Portanto, todas essas considerações alertam para o fato de que o núcleo da crise diz respeito à subversão dos institutos democráticos para fins autoritários, a partir de figuras que sabem se utilizar dos apelos populares e do descontentamento de parte grande da população com a democracia para manipular os eleitores e, mesmo como outsiders, conseguir adentrar o sistema político e corroê-lo por dentro.

Nesse contexto, qualquer manifestação política, tanto de movimentos sociais quanto de lideranças políticas, que tenha traços autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos pode ser sinal da crise democrática em que estamos inseridos.

Exemplos de eventos como esses, que erguem questionamentos sobre os limites da democracia representativa, foram: o plebiscito na Inglaterra que demonstrou o desejo da maioria da população inglesa em sair da União Europeia (muito pelo desejo de impedir a entrada de imigrantes no país); a rejeição popular majoritária, na Colômbia, constatada a partir de referendo, do acordo de paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia); a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, marcando a escolha estadunidense de colocar um empresário demagogo com tendências autoritárias no poder da democracia mais antiga e consolidada do mundo até o momento; e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (BALLESTRIN, 2018, p. 149), uma destituição de caráter político que escancarava não só um antipetismo, mas uma desconfiança com a classe política que culminou com a eleição do demagogo Jair Bolsonaro, a partir de um discurso carregado de ódio e traços de autoritarismo, para presidente da república, assim como as diversas manifestações golpistas que se deram após sua derrota na corrida presidencial do ano de 2022, que incluíram a depredação das sedes dos 3 poderes: o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, no dia 08 de janeiro de 2023¹.

À primeira vista, é possível identificar que a crise democrática atual se assemelha à pós-democracia pelo fato de ambas tratarem da subversão das instituições políticas da democracia de maneira a enfraquecê-la internamente.

No entanto, o que há de realmente pós-democrático no contexto atual?

4.2 O que há de pós-democrático na crise

¹ TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

Ao compararmos os pressupostos da pós-democracia às circunstâncias da crise democrática atual, vemos um ponto central de controvérsia, sobre o qual se baseará boa parte das colocações dessa seção.

Ao discorrer sobre o modelo da pós-democracia, Crouch a classifica como um modelo que se opõe ao de um ideal democrático máximo (em que há oportunidades para um grande número de pessoas participarem ativamente da vida política), consistindo em um cenário de participação mínima da população nos mecanismos de tomada de decisão e concentração do poder político nas mãos das elites corporativas. É um contexto controlado, em que as garantias e instituições democráticas existem formalmente, mas se encontram desvirtuadas na prática.

O autor não menciona em nenhum momento, no entanto, a possibilidade do fim da democracia em si. A pior situação possível imaginada pelo autor, que se transcreve no conceito da pós-democracia, ainda contém as instituições democráticas de pé, apesar de fragilizadas.

Ao contrário, a crise democrática atual aponta uma possibilidade de manifesto fim do regime democrático. A ascensão de demagogos que não se sentem limitados pelas regras do jogo, e que carregam consigo as frustrações populares com o regime que não atende as suas vontades, faz com que o populismo por vezes se transforme em autoritarismo quando esses personagens assumem o poder, havendo inclusive exemplos de políticos que se elegeram de maneira formalmente irretocável, mas passaram a implementar uma agenda autoritária depois de eleitos, como foi o caso de Hugo Chávez na Venezuela, que se elegeu em 1998, foi reeleito em 2000 e apenas em 2003 começou a implementar medidas como o aparelhamento da Suprema Corte, se extremado em 2006 quando iniciou as prisões e exílios de seus oponentes políticos e fechamento de emissoras de televisão (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 15-16).

Portanto, há uma diferença gritante entre o resultado final imaginado por Collin Crouch para a crise que verificou em seu tempo e a o que se vê atualmente. Essa distinção tem que ser explicada a partir dos contextos, para que em seguida seja avaliado se o cenário de hoje pode ser explicado a partir do conceito de pós-democracia ou não.

Primeiramente, destaca-se que o conceito cunhado por Collin Crouch é derivado de constatações que realizou a partir da observação de seu país (Inglaterra) e outros em situações de evolução histórica semelhantes. Ou seja, trata-se de um conceito bastante eurocêntrico.

Ao traduzirmos as conclusões de Crouch sobre a evolução histórica da democracia à América Latina, por exemplo, temos diferenças enormes. Enquanto os países do Norte Global viviam o que o autor considera como o auge da democracia na metade do século XX, no período pós-guerra, os países latino-americanos estavam submetidos, praticamente em sua totalidade, a regimes autoritários, sob o governo das ditaduras civis-militares, ou em períodos de transição

relativos a eles. Durante os anos 80 e 90, em que as democracias mais desenvolvidas já demonstravam as evoluções e os retrocessos apontados por Crouch, os países latino-americanos ainda discutiam os impactos da transição e consolidação das democracias recém-formadas (BALLESTRIN, 2018, p. 157-158).

Portanto, a ideia pós-democrática de erosão das instituições democráticas que sucede o período de ápice (a partir da figura da evolução em parábola) não faz sentido no contexto do Sul Global, onde essas instituições sequer conseguiram se estabelecer por completo, em razão de elementos como o alto nível de desigualdade, o colonialismo e a escravidão.

Merece especial destaque como a tradição democrática nesses países denota a desigualdade como um limite para a democracia. Isto porque a democracia é “vulnerável às desigualdades sociais existentes” (MIGUEL, 2022). É lógico, portanto, que países em que a democracia não consegue desafiar a reprodução das desigualdades (por motivos históricos, especialmente) são democracias incompletas, “pela metade” (MIGUEL, 2022), mais frágeis justamente por não conseguirem estabelecer na prática um pressuposto democrático fundamental: a igualdade.²

Deve-se destacar, no entanto, que a interferência das corporações globais nas políticas públicas e a tendência de comercialização do Estado se fazem presentes também nos países do Sul global devido à globalização que atinge os países capitalistas como um todo. Portanto, ainda seriam eficazes as conclusões tiradas por Crouch a esse respeito.³

Juntando as duas conclusões, podemos inferir que os Estados Democráticos do Sul Global são também afetados pela interferência corporativa em suas estruturas democráticas. O resultado dessa relação, no entanto, não é apenas a erosão das instituições políticas, mas uma ameaça constante de sua destruição, visto que ainda há estruturas sociopolíticas que datam dos tempos não tão remotos em que esses países viviam regimes autoritários, e que a volta a esses tempos é uma tentação que pode ser estimulada mais facilmente do que em países do Norte

² Luís Felipe Miguel define quatro intersecções fundamentais entre a democracia e a igualdade: a democracia pressupõe a igualdade, produz a igualdade, é vulnerável às desigualdades e instrumental na luta contra elas. A análise da tensão entre esses elementos é fundamental na avaliação da “saúde” de uma democracia (MIGUEL, 2022).

³ Em entrevista a Julia Goldenberg, o pesquisador grego Yannis Stavrakakis afirmou, em pergunta da entrevistadora que o questionava em relação à necessidade de uma delimitação geopolítica do conceito de pós-democracia, que a pós-democracia é suficientemente flexível para abranger regiões do mundo inteiro, fora do contexto da Europa Ocidental onde surgiram (GOLDENBERG, 2016). No entanto, analisando o resto da resposta e da entrevista, fica claro que Stavrakakis está avaliando justamente o recorte de interferência da lógica neoliberal na democracia, não se aprofundando nas minúcias do conceito de Crouch.

Global, justamente pelo fato de que as instituições liberais não são tão consolidadas historicamente.⁴

Dessa maneira, voltando à primeira questão sobre o risco que corre a democracia atualmente, não calculado por Crouch na conceituação da pós-democracia, vê-se que nos países do Sul Global esse risco se justifica pelo desenvolvimento democrático histórico diferenciado em relação ao Norte Global, foco do estudo de Crouch.

Quanto aos países do Norte Global, também afetados pela tendência de ascensão de líderes autoritários e pelo risco que sua presença no sistema político acarreta, é necessário que se faça uma análise mais detalhada a partir de duas perspectivas, e sua mudança ao longo do século XXI: a dos cidadãos comuns e a dos representantes das grandes empresas.

O papel político dos cidadãos em um cenário pós-democrático, segundo a descrição de Crouch, é de uma massa passiva e apática, que apenas responde aos estímulos que lhe são dados (CROUCH, 2000, p. 1), sendo facilmente manipulável pelos políticos e pela elite corporativa.

Verifica-se, contudo, que a tendência atual é de cidadãos (ao menos em número suficiente para colocar a democracia em risco) tingidos do ódio aos imigrantes e às minorias étnicas, assim como da desconfiança com a imprensa, propensos à disseminação das fake news. Especialmente, uma massa sedenta por alguém que represente o “povo” (MOUNK, 2019, p. 44), e que é manipulada, portanto, a eleger os líderes com discurso populista e autoritário.

A diferença nos perfis dos cidadãos pode levar à conclusão de que a pós-democracia simplesmente não serve para o contexto atual. Um duplo conceito subsidiário descrito por Crouch, no entanto, ajuda a levar a análise para outro lado.

Ao descrever o modelo pós-democrático, Collin Crouch pontua a diferença entre dois conceitos da cidadania ativa: a cidadania positiva e a cidadania negativa.

A cidadania positiva diz respeito à criação de uma identidade coletiva pelos grupos sociais, que lhes permite formular demandas de maneira autônoma e repassá-las ao sistema político (CROUCH, 2000, p. 4).

A cidadania negativa, por sua vez, diz respeito ao ativismo que tem como objetivo colocar a culpa dos problemas sociais nos políticos, fazendo com que sejam devidamente

⁴ Um exemplo prático dessa tendência pode ser observado na situação brasileira, em que o mínimo estímulo derivado de discursos saudosistas do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação à Ditadura Militar fez com que, a partir de uma derrota eleitoral, seus apoiadores clamassem pela intervenção militar no país (o que obviamente não ocorreu pela polarização no país que fragmentou o apoio a esse absurdo, mas que passa longe de ser um medo completamente infundado).

responsabilizados e punidos, e pugnando, para que isso ocorra, que tenham sua integridade pública e privada em constante escrutínio (CROUCH, 2000, p. 4).

Collin Crouch destaca o posicionamento dessas duas sortes de cidadania na sociedade democrática e pós-democrática:

A Democracia precisa de ambas as manifestações da cidadania, mas nos tempos presentes a negativa está recebendo consideravelmente mais ênfase do que a positiva. Isso é preocupante, porque é obviamente a cidadania positiva que representa as energias criativas da democracia. O modelo negativo, por toda a sua agressividade contra a classe política, divide com a abordagem democrática passiva a ideia de que a política é essencialmente uma questão para as elites, que são então submetidas à acusação e ao descrédito por uma população raivosa de espectadores quando nós descobrimos que eles fizeram algo errado. Paradoxalmente, toda vez que consideramos que uma falha ou desastre foi de alguma maneira resolvido quando um ministro ou funcionário público infeliz é forçado a deixar o cargo, nós nos tornamos coniventes com um modelo que considera o governo e a política como um negócio de pequenos grupos da elite, que tomam as decisões sozinhos (CROUCH, 2000, ps. 4-5, tradução livre).

Vemos, portanto, que a maior ocorrência da cidadania negativa em um contexto pós-democrático se dá justamente pela inócua participação política que a pós-democracia impõe à população, a qual faz com que os indivíduos, não se sentindo habilitados para articular medidas criativas para suas demandas e considerando a política uma atividade reservada às elites, se limitem a transferir a culpa para os políticos, de uma maneira muitas vezes violenta.

A menção a esses conceitos de cidadania foi feita para trazer um ponto: se a cidadania negativa se puser como normalidade, ao ponto de se tornar a única manifestação possível para a maior parte da população, qual a garantia de que os atos de revolta se não se voltarão contra o sistema democrático como um todo?

Crouch, a partir do contexto de sua época, parecia acreditar que enquanto políticos fossem punidos em resposta às demandas populares, o povo iria quietamente retornar à sua passividade característica. No entanto, ao observarmos o contexto atual, percebemos que isso é subestimar o impacto nefasto das dinâmicas pós-democráticas não apenas no funcionamento das instituições políticas, mas no bem-estar da democracia como um todo, o que é mais facilmente observável agora, visto que “o mal-estar da civilização do século XXI constrói um sujeito pós-democrático depressivo, impaciente, ansioso, individualista, consumista” (BALLESTRIN, 2018, p. 156).

Essa constatação deve ser abordada tendo em vista a compulsão dos interesses corporativos em eliminar o “conflito” da esfera democrática. Isto é, se estabeleceu no campo da discussão política, a partir da interferência da economia nas funções estatais, a proeminência do aspecto técnico em relação à decisão popular, sob o argumento de uma pretensa neutralidade das decisões tomadas pelos “especialistas”. Esta alegação não se verifica na prática, pelo fato

de existir uma “aristocracia tecnocrática” (BALLESTRIN, 2018, p. 156), representada pelas elites econômicas, detentoras dos recursos necessários para legitimar tecnicamente e “objetivamente” suas demandas, impondo seus interesses sobre os outros e encerrando o “conflito” democrático pela uniformização forçada das opiniões (induzidas por um conhecimento técnico não isento) e finalização do debate construtivo.

Deve-se destacar que o conflito em si é inevitável nas sociedades humanas; enquanto houver pessoas que pensem que merecem algo e não o tiverem, existirá tensão que gerará conflito, sendo este, inclusive, o elemento central que justifica a existência da política (MONEDERO, 2012). Portanto, a imposição dessa agenda neoliberal não é nada mais do que o esgotamento do debate político sobre as situações de conflito, assim como das possibilidades de os diversos grupos sociais imporem suas demandas perante a classe política.

A instituição impositiva do caráter técnico das decisões no campo democrático, com a consequente eliminação do “conflito”, em seu sentido político, pelas forças capitalistas, faz com que o conflito, em seu sentido social puro, exploda “em sua forma primária física relacionada à força, à brutalidade e à violência pura e simples” (BALLESTRIN, 2018, p. 156). Os discursos são tingidos com a cor do ódio e da ofensa, com a incorporação da eliminação do outro ao léxico da pós-democracia.

Dessa maneira, apesar de a cidadania negativa e a atual legitimação do discurso extremista e antidemocrático terem origem no mesmo sentimento de impotência política que leva a uma manifestação violenta, a segunda diz respeito a um status quo instaurado pela consolidação da “neutralização da política” por parte das elites econômicas (MONEDERO, 2012), o qual ultrapassa a perspectiva mais isolada e menos ameaçadora de Crouch. A situação atual é de normalização do ataque à legitimidade do adversário e dos políticos no poder, que traz o “fantasma do autoritarismo, do totalitarismo e do populismo” (BALLESTRIN, 2018, p. 156) à realidade da pós-democracia.

Logo, verifica-se que a diferença mencionada no início da seção entre a previsão de Crouch e o cenário atual, no que diz respeito aos cidadãos, se justifica pela mais exacerbada neutralização da política que se desenvolveu ao longo do século XXI, que faz com que o cidadão pós-democrático dos dias de hoje seja mais violento e, conseqüentemente, mais receptivo a ideais antidemocráticos e autoritários do que o imaginado pelo autor.

Passando pela análise comparada dos cidadãos, devem ser analisadas também as grandes empresas. Determinadas por Crouch como a “instituição chave” para a ascensão de um cenário pós-democrático (CROUCH, 2000, p. 13), as firmas globais possuem uma capacidade de aparelhamento das instituições políticas que faz com que tenham prerrogativas nesse âmbito

muitos superiores à da população em geral e que possam controlar a democracia a partir de uma lógica econômica.

Estando estabelecido este cenário, a questão que se impõe é o motivo de as grandes empresas permitirem a entrada de outsiders que ameaçam o sistema democrático quando este está rendido à sua vontade em um contexto pós-democrático.

A resposta se dá a partir de uma constatação: por mais erodido e desvirtuado que tenha se tornado um Estado Democrático, ainda há certas necessidades sociais relativas a serviços públicos que deve cumprir minimamente para que possa ser caracterizado como uma democracia. Uma dessas necessidades está em garantir que a parcela mais pobre da população tenha acesso aos serviços essenciais, o que exige uma redistribuição dos recursos, muitas vezes recebidos das próprias grandes empresas, para esse fim.

A democracia, portanto, tem uma tendência muito maior de redistribuição aos setores mais pobres em comparação a uma ditadura. A elite econômica, nesse contexto, “paga um preço” por viver em democracia (PÉREZ-LIÑAN, 2017) de (em uma lógica meramente produtiva de se ver a sociedade) “sustentar” a população mais pobre, o que não muda pelo fato de ter adquirido poder político maior na pós-democracia. Logo, a crescente desigualdade que (ironicamente) o próprio sistema capitalista produz aumenta esse “custo” para as grandes empresas, pelo proporcional aumento na necessidade de redistribuição, o que serve como incentivo para que elas apoiem os políticos de tendência autoritária que promovam a diminuição das medidas distributivas (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

O poder advindo da força econômica das grandes empresas transnacionais, graças à globalização, supera muitas vezes o dos Estados Nacionais. Portanto, a restrição de liberdades proveniente de uma ditadura não se aplica a elas, o que faz com que, dependendo de seus interesses e do resultado econômico que venha a ser alcançado, o apoio a um regime autoritário lhes seja interessante.

Portanto, mais uma vez se verifica que a origem da controvérsia entre a previsão pós-democrática de Crouch e a realidade 20 anos depois, em relação às empresas, foi o fato de o autor ter, possivelmente, subestimado a voracidade com a qual as grandes empresas seguem uma lógica produtiva fria, buscando o sucesso econômico sobre quaisquer pressupostos humanísticos.

Analisando as considerações acerca do desenvolvimento da participação democrática de cidadãos em geral e de representantes da elite econômica desde o início do século XXI (época em que Crouch deu à luz o conceito de pós-democracia) até os anos recentes, podemos traçar um panorama geral em relação às diferenças de contexto e à aplicabilidade dos

pressupostos da pós-democracia à ascensão dos governos autoritários que se verifica atualmente.

As reflexões de Crouch dão conta de um tempo em que a interferência das grandes empresas nos governos dos Estados democráticos ainda era relativamente recente. Apesar de já ser muito sentida (o suficiente para que Crouch realizasse estudos e desse à luz o conceito de pós-democracia a partir de sua existência), a globalização ainda não operava com a mesma intensidade com a que opera hoje, até pelo desenvolvimento exponencial da tecnologia nos últimos anos.

Portanto, Crouch cria um modelo teórico a partir de uma observação ainda incompleta do fenômeno que busca descrever, o que justifica o diagnóstico mais ameno do que a realidade atual da democracia.

Como já detalhado, Crouch jamais cogitou a possibilidade de fim manifesto da democracia ao discutir a pós-democracia. A partir de seus escritos, parece claro que acredita que o pior cenário é um em que as elites controlam as instituições democráticas e os cidadãos têm uma postura passiva perante a situação.

O decorrer dos anos provou que esse estava longe de ser o cenário mais pessimista, com o próprio sistema correndo perigo e com os cidadãos, raivosos e intolerantes, contribuindo ativamente para que esse processo se manifeste.

O contexto atual, que se mostrou muito mais extremo do que o previsto por Crouch, faz com que muitos autores não apenas visualizem a possibilidade do fim da democracia, mas considerem-no inevitável sem uma grande mudança de paradigma. Nesse sentido reflete Boaventura de Sousa Santos, em entrevista dada a Sarah Fernandes:

A democracia que temos não tem futuro, porque as forças sociais e econômicas que atualmente a dominam e a manipulam estão possuídas de uma tal voracidade de poder que as impede de aceitar os resultados incertos do jogo democrático sempre que estes não lhes convêm. A manipulação midiática e a fraude eleitoral (constitutiva no caso dos Estados Unidos) vão acabar por retirar qualquer vestígio de credibilidade à democracia. Nessas condições, a luta pelo ideal democrático vai implicar no futuro próximo uma ruptura do mesmo calibre das revoluções da primeira metade do século 20. Esperemos que menos violenta (FERNANDES, 2017).

A partir desta manifestação, podemos constatar que o capitalismo neoliberal e a democracia liberal travam um “jogo mortal” no século XXI (MBEMBE, 2017). E o choque constante entre seus ideais traz a possibilidade, cada vez mais palpável, de que um seja incompatível com o outro.

A avaliação final quanto à possibilidade de aplicação da pós-democracia ao cenário de crise atual, portanto, se divide em duas partes.

Primeiro, é necessário reconhecer que constatações retiradas de seu contexto de análise por Collin Crouch foram fundamentais ao entendimento do fenômeno dos dias de hoje, como a descrição da interferência das grandes empresas no sistema político e do enfraquecimento de instituições democráticas como os partidos políticos a partir da instauração da lógica econômica na aplicação dos serviços públicos. O enfraquecimento da democracia efetivamente ocorreu a partir da globalização e da atuação das firmas globais, e a presença de manipulação política no processo eleitoral é inegável, assim como a queda na participação ativa da população na democracia criativa (no sentido da cidadania positiva).

Estes “acertos” do autor, metodicamente explicados a partir do conceito da pós-democracia, são contribuições intelectuais indiscutíveis, e apontam com precisão a origem do problema que vivemos.

O mesmo não pode ser dito do segundo aspecto que será abordado no que diz respeito à adequação do conceito de pós-democracia com a crise atual: o aparente conformismo de Crouch com a interferência da agenda neoliberal no funcionamento da democracia, não a reconhecendo como antidemocrática.

Este conformismo pode ser observado quando o autor define, em contexto de análise da pós-democracia, que “a entropia da democracia deve ser esperada”, e que por esse motivo nomeara o trabalho acadêmico em que explica a pós-democracia como “Lidando com a pós-democracia” (CROUCH, 2000, tradução livre), não a “revertendo” ou “superando”.

Não se espera, obviamente, que o autor previsse em detalhes a ascensão dos governos autoritários ou a transformação do sistema pós-democrático em anti-humanista, anti-democrático e manifestamente autoritário (BALLESTRIN, 2018, p. 149), até porque foi apenas nos últimos anos que o caráter nefasto da tentativa da eliminação do conflito pelo discurso neoliberal se mostrou em sua totalidade (BALLESTRIN, 2018, p. 156). No entanto, a ameaça que os fatos narrados pelo autor representam para a democracia já deveria ser perceptível, não podendo ser naturalizada como mera etapa evolutiva do sistema.

O próprio Crouch pontua que as empresas se moldaram de por meio de uma competição selvagem gerada pela globalização, em que apenas as mais fortes resistiram (CROUCH, 2000, p. 13). Tendo esse aspecto competitivo em mente, juntado ao enorme poder que essas empresas possuíam perante os governos, qual era a garantia de que essas firmas se contentariam com manipular o sistema democrático, quando poderiam estimular sua destruição e imposição de um sistema com menos barreiras para suas atividades econômicas?

Da mesma maneira, assumindo que os cidadãos são manipulados constantemente no processo político, como não admitir que pudessem ser levadas a uma natureza antidemocrática por demagogos mal intencionados?

Essas questões, somadas ao fato de que o cenário atual comprova que a democracia está efetivamente em risco pelas circunstâncias descritas por Crouch, coloca sob questionamento um pressuposto fundamental da pós-democracia: a parábola democrática.

Ao definir que, após o ápice histórico da democracia, seguirá um período complexo, que reflete características do momento pré-democrático, mas que mantém formalmente as instituições democráticas, Crouch define, primeiramente, que a pós-democracia não sinaliza o fim da democracia. Em segundo lugar, normaliza sua existência na evolução do regime, e não a define, necessariamente, como algo a ser combatido.

A figura da parábola talvez não seja mais adequada para simbolizar a pós-democracia. Isto porque esta forma não faz sentido no cenário atual em que, mesmo formalmente, o sistema ruiu. Talvez por ter subestimado o ímpeto do capitalismo corporativo e da infusão da lógica neoliberal à política, Crouch não reconheceu a pós-democracia como uma etapa para o fim da democracia e volta ao status quo pré-democrático, mas vê-se que isto é exatamente o que está acontecendo com a crise atual. Portanto, a parábola democrática, se revela cada vez mais, na realidade, como um ciclo, em que está ocorrendo a volta efetiva a um momento pré-democrático.

Consequência dessa observação é que mesmo o termo “pós-democracia” possa ser questionado, visto que, legitimado pela normalização da violência e pelas manifestações antidemocráticas, “o prefixo ‘pós’ vai dando lugar ao ‘anti’” (BALLESTRIN, 2018, p. 156), sinalizando o possível fim da democracia liberal a partir dos ideais pós-democráticos.

Em suma, apesar de ser aplicável como meio explicativo de partes do cenário atual, tendo em vista que a ascensão de líderes autoritários tem muita relação com os “sintomas” descritos na obra de Crouch sobre a pós-democracia - como a interferência das elites econômicas na política e a imposição da passividade política à população, que não tem suas demandas atendidas - a pós-democracia, ao menos em seu sentido original atribuído pelo autor, também possui uma incongruência conceitual com a crise que se verifica nos dias de hoje por ter como um de seus fundamentos a manutenção das instituições formais da democracia, o que não se provou correto nos casos mais extremos e, portanto, não poderia se ligar tão fundamentalmente ao conceito como ocorre nos textos de Crouch.

Não se trata, portanto, de descartar o conceito ou afirmar que ele não é útil para a análise do cenário atual, porque o desenrolar deste trabalho deu vários exemplos de situações da crise

atual que têm relação direta com as teorizações de Crouch. Em geral, é um ótimo conceito explicativo da crise. No entanto, vale a ressalva de que, em sua essência, o fato de subestimar a incompatibilidade entre o capitalismo neoliberal e a democracia pode evitar que se ache uma solução para a situação em que nos encontramos.

Isso se mostra pelas ações que Crouch propõe para tentar “desviar a política contemporânea parcialmente para longe do inexorável movimento em direção à pós-democracia” (CROUCH, 2000, p. 31, tradução livre), que consistem em atos para “melhorar a democracia” (CROUCH, 2000, p. 31, tradução livre). Esses atos, divididos entre melhorar o debate político, mobilizar novas identidades democráticas em grupos sociais, etc, são fundamentais à construção das democracias, e certamente serviriam para fortalecê-las em um sistema minimamente saudável.

Não é o caso que se coloca à nossa frente. A erosão da democracia passou do ponto em que a democracia criativa poderia se sobrepor a ela. O único método que nos resta talvez seja a “radicalização da democracia” (SOUSA SANTOS, 2016 apud MACHADO, 2016), ou seja, uma profunda transformação democrática pela qual o Estado deve passar para que se torne operável novamente. É importante que se reconheça a gravidade da situação, motivo pelo qual destaco essa incongruência do conceito da pós-democracia, apesar de sua utilidade prática e teórica.

5. CONCLUSÃO

A partir das pesquisas e reflexões realizadas no trabalho, foi possível definir o conceito de pós-democracia cunhado por Collin Crouch, bem como constatar que sua aplicação, principalmente em caráter explicativo, à crise democrática atual relativa à ascensão de líderes políticos de tendência autoritária a partir do voto popular, é possível e bastante útil, apesar de haver uma controvérsia conceitual originada pelo fato de Crouch não reconhecer o crescente aumento do poder político das elites econômicas como uma verdadeira ameaça à existência da democracia liberal, mas uma etapa de sua evolução que de fato enfraquece seus fundamentos mas que não põe em risco a existência formal das instituições democráticas.

Vê-se que o método conceitual moldou o trabalho, visto que o reconhecimento do conceito como uma decorrência da subsunção de fatos a uma racionalidade fez com que o trabalho fosse dividido entre explicação do conceito de pós-democracia e da racionalidade de Collin Crouch, explicação dos fatos a partir dos quais esse conceito foi criado e aplicabilidade desse conceito a um contexto diverso.

A compreensão da pós-democracia a partir desse método que leva em conta tanto os fundamentos teóricos quanto o contexto prático foi fundamental para a conclusão ponderada a que se chegou a respeito de sua aplicabilidade à crise atual. Afinal, caso se tomasse apenas sua definição teórica, de um modelo de democracia mínimo, em que a participação política da população é pequena mas existe a garantia formal das instituições democráticas, a resposta imediata seria a de que esse conceito simplesmente não se aplica ao cenário atual.

Isso seria leviano, tendo em vista que a comparação das situações fáticas observadas por Crouch à realidade atual permitiu o estabelecimento de um paralelo, por exemplo, entre a passividade advinda de um consenso forçado pela lógica neoliberal que as elites econômicas impõem no sistema e as manifestações de violência e sentimento antidemocrático da população. Os acontecimentos atuais, portanto, podem ser explicados a partir de elementos que foram utilizados na conceituação da pós-democracia.

Da mesma maneira, se apenas os aspectos práticos fossem levados em conta, como a constatação da interferência dos interesses corporativos no funcionamento do sistema político e do aumento de poder das grandes empresas a partir da globalização, teria sido unicamente aceito o fato de que a crise atual se explica pela pós-democracia, sem ter sido feita a reflexão sobre como Crouch em momento algum previu o fim da democracia a partir das conclusões de sua teoria pós-democrática, além de garantir que a pós-democracia é um modelo em que se mantém formalmente a existência das instituições democráticas.

Essa constatação é importante para que, a partir da verificação de que a realidade caminha para um rumo diferente do que o descrito pelo autor, nós reflitamos criticamente, especialmente sobre a figura da parábola democrática, que possivelmente esteja se mostrando como um ciclo, em que há a tendência de volta a um momento pré-democrático.

Caso essa possibilidade seja aceita, fica claro que a democracia que temos está fadada a se dirigir para seu próprio fim, sendo necessário uma reformulação completa de suas instituições para que sobreviva ao ataque do capitalismo neoliberal e suas manifestações antidemocráticas de intolerância.

É fundamental, portanto, que se verifique a controvérsia nos axiomas da pós-democracia para que esse debate possua ao menos uma chance de ser posto em prática, motivo pelo qual, por mais que tenha utilidade prática na análise da crise democrática atual, o conceito de “pós-democracia” tem que ser revisto.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **O Debate pós-democrático no Século XXI**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, v.4, n. 2, págs. 149-164, 2018.

BROWN, Wendy. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization**. Political Theory, s.l., v. 34, n. 6, p. 690-714, dec. 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Varriale et al – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 1998.

CROUCH, Colin. **Coping with Post-Democracy**. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000. Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>.

FAGGION, Andrea. **Conceito**. In: Estudos Kantianos, Marília, v.6, n.2, p. 17-20, Jul/Dez., 2018.

FERNANDES, Sarah. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. **‘A democracia que temos não tem futuro’**. Rede Brasil Atual, 9 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/563765-a-democracia-que-temos-nao-tem-futuro-entrevista-com-boaventura-de-sousa-santos>.

GOLDENBERG, Julia. Entrevista com Yannis Stavrakakis. **O triste espetáculo da democracia sem “demos”**. Outras Palavras, 5 de maio de 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/o-triste-espetaculo-da-democracia-sem-demos/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Traduzido por: Manoel Luis Salgado Guimarães. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACHADO, Ricardo. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. **A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social**. Revista IHU on-line, 8 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

MANCUSO, Wagner Pralon; NICOLAU, Jairo. **O que há de ciência na ciência política?** [Entrevista concedida a] João Paulo Charleaux. Jornal Nexo, São Paulo, 24 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/24/O-que-h%C3%A1-de-ci%C3%Aancia-na-ci%C3%Aancia-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

MBEMBE, Achille. **A era do humanismo está terminando**. Revista IHU on-line, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-dohumanismo-esta-terminando>.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MONEDERO, Juan Carlos. **¿Posdemocracia? Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediência**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 240, p. 68-86, jul.-ago. 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/posdemocracia-frente-al-pesimismo-de-la-nostalgia-el-optimismo-de-ladesobediencia/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Nova Iorque: Verso, 2000.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução: Cássio de Arantes Leite; Débora Landsberg. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **¿Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI?** Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 267, p. 35-45, ene.-feb. 2017. Disponível em: <http://nuso.org/revista/267/el-fantasma-delpopulismo/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político/ Teoria do Partisan**. Coordenação e supervisão: Luiz Moreira; tradução de Geraldo de Carvalho – Belo Horizonte, Del Rey, 2008.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-qual-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.